

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	14
Demonstração do Valor Adicionado	15
Relatório da Administração	16
Notas Explicativas	36

## Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	89
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	93
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	94
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>86.371</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/03/2018	Juros sobre Capital Próprio	10/04/2018	Ordinária		1,08847
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	28/08/2018	Ordinária		0,61984
Reunião do Conselho de Administração	12/03/2019	Juros sobre Capital Próprio	12/03/2019	Ordinária		1,52234

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	58.628.963	54.255.611	46.321.128
1.01	Ativo Circulante	16.409.154	22.276.591	20.985.048
1.01.01	Disponibilidades	133.428	161.518	184.575
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.779.984	12.931.084	9.465.283
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	7.626.446	12.787.577	9.314.933
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	153.538	143.507	150.350
1.01.03	Titulos e Valores Mobiliários	1.296.313	2.335.215	4.050.575
1.01.03.01	Carteira Própria	701.750	1.458.959	2.907.381
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	876.256	855.690
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	585.664	0	0
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	8.899	0	287.504
1.01.04	Relações Interfinanceiras	502.579	517.430	221.155
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.362	8.155	1.190
1.01.04.02	Depósitos Banco Central	500.019	506.318	218.335
1.01.04.03	Repasse Interfinanceiros	0	0	784
1.01.04.04	Correspondentes	1.198	2.957	846
1.01.05	Relações Interdependências	0	84	0
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	0	84	0
1.01.06	Operações de Crédito	4.268.172	4.183.701	4.774.641
1.01.06.01	Setor Público	185.614	186.731	238.571
1.01.06.02	Setor Privado	4.429.321	4.489.435	5.084.099
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-346.763	-492.465	-548.029
1.01.08	Outros Créditos	2.402.198	2.115.657	2.257.019
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	868.658	885.164	612.278
1.01.08.02	Rendas a Receber	15.938	16.480	13.921
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	12	12	12
1.01.08.04	Diversos	1.528.319	1.219.789	1.826.346
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-10.729	-5.788	-195.538
1.01.09	Outros Valores e Bens	26.480	31.902	31.800

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	15.868	14.649	14.442
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-632	-620	-613
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	11.244	17.873	17.971
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.026.807	31.794.241	25.121.511
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	35.077.031	24.524.324	16.798.301
1.02.02.01	Carteira Própria	33.398.598	23.665.336	16.322.718
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	1.238.171	3.091	44.099
1.02.02.03	Intrumentos Financeiros Derivativos	0	426.513	403.488
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	440.262	429.384	27.996
1.02.03	Relações Interfinanceiras	70.581	66.639	66.075
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	0	0	6
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	70.581	66.639	66.069
1.02.05	Operações de Crédito	4.774.644	4.915.752	6.363.766
1.02.05.01	Setor Público	429.654	1.041.162	1.141.948
1.02.05.02	Setor Privado	4.615.157	4.327.186	5.909.339
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-270.167	-452.596	-687.521
1.02.07	Outros Créditos	2.104.551	2.287.526	1.893.369
1.02.07.01	Diversos	2.132.399	2.314.764	1.922.193
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.848	-27.238	-28.824
1.03	Ativo Permanente	193.002	184.779	214.569
1.03.01	Investimentos	1.591	1.591	1.909
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.877	6.877	7.212
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.286	-5.286	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	171.463	163.240	192.757
1.03.04	Intangível	19.948	19.948	19.903

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	58.628.963	54.255.611	46.321.128
2.01	Passivo Circulante	16.288.477	21.632.803	16.536.899
2.01.01	Depósitos	6.750.628	5.410.955	5.949.100
2.01.01.01	Depósitos a Vista	328.683	239.932	345.990
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.433.765	2.277.515	2.113.346
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.559.993	1.548.266	1.111.078
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.428.187	1.345.242	2.378.686
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.372.662	983.405	966.859
2.01.02.01	Carteira Própria	1.227.897	876.278	896.579
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	144.765	107.127	70.280
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.311.459	184.357	310.611
2.01.03.01	Recurso de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Créditos e Similares	162.276	176.500	302.735
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.149.183	7.857	7.876
2.01.04	Relações Interfinanceiras	316	317	593
2.01.05	Relações Interdependências	8.108	5.660	7.181
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	7.996	5.660	7.170
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	112	0	11
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	900.437	951.482	637.742
2.01.06.01	Empréstimo no Exterior	900.437	951.482	637.742
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	131.908	161.679	150.737
2.01.07.01	Tesouro Nacional	162	187	253
2.01.07.02	BNDES	113.476	142.072	125.251
2.01.07.03	FINAME	18.270	19.420	25.233
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	168.656	143.354	141.564
2.01.09	Outras Obrigações	5.644.303	13.791.594	8.372.512
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	21.591	0	0
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.477	1.453	2.547
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	5.319	9.318	4.022
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	179.662	138.114	164.522

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	594.593	303.202	618.741
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	153	153	153
2.01.09.07	Fundo Financeiro e de Desenvolvimento	2.357.803	10.913.835	4.439.550
2.01.09.08	Diversas	2.483.705	2.425.519	3.142.977
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	38.158.465	28.872.097	26.421.734
2.02.01	Depósitos	6.063.633	6.397.227	4.658.220
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	0	34.623	87.767
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	6.063.633	6.362.604	4.570.453
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	8.819	3.042	2.778
2.02.02.01	Carteira Própria	8.819	3.042	2.778
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	0	1.004.912	988.259
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	1.004.912	988.259
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.090.110	1.358.892	1.518.511
2.02.07.01	Tesouro Nacional	320	263	198
2.02.07.02	BNDES	1.041.974	1.293.434	1.427.340
2.02.07.03	FINAME	47.816	65.195	90.973
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	411.946	491.871	622.712
2.02.09	Outras Obrigações	30.583.957	19.616.153	18.631.254
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	98.078	42.954	0
2.02.09.02	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	23.114.932	12.614.943	13.198.250
2.02.09.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.369.446	2.205.468	2.012.874
2.02.09.04	Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000	1.000.000
2.02.09.05	Diversas	4.001.501	3.752.788	2.420.130
2.05	Patrimônio Líquido	4.182.021	3.750.711	3.362.495
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	11.592	11.769	14.491
2.05.03.01	Ativos Próprios	11.592	11.769	14.491
2.05.04	Reservas de Lucro	2.277.391	1.685.026	1.157.951
2.05.04.01	Legal	307.691	271.416	237.329

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.05.04.02	Estatutária	1.969.700	1.413.610	920.622
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-950.962	-850.954	-653.947
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-950.962	-850.954	-653.947
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	60.870	0



DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	5.105.949	5.403.702	5.438.822
3.01.01	Operações de Crédito	1.893.376	2.000.122	2.055.623
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.731.858	3.273.447	3.510.588
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	144.398	-2.900	-249.874
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	310.953	110.323	86.983
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	25.364	22.710	35.502
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.570.687	-3.777.807	-4.121.105
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-988.528	-1.102.588	-1.356.044
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-2.121.141	-2.132.844	-1.991.066
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-461.018	-542.375	-773.995
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.535.262	1.625.895	1.317.717
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-291.970	-477.557	-875.338
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	2.538.708	2.315.681	2.309.358
3.04.02	Despesas de Pessoal	-2.001.459	-1.900.347	-1.804.945
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.241.249	-1.236.068	-1.145.621
3.04.04	Despesas Tributárias	-312.696	-302.304	-288.492
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.888.307	1.914.125	2.160.642
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.163.581	-1.268.644	-2.106.280
3.05	Resultado Operacional	1.243.292	1.148.338	442.379
3.06	Resultado Não Operacional	3.503	14.177	-308
3.06.01	Receitas	9.979	21.391	5.610
3.06.02	Despesas	-6.476	-7.214	-5.918
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	1.246.795	1.162.515	442.071
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-360.819	-111.454	-332.257
3.09	IR Diferido	-113.265	-291.700	667.707
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-47.208	-42.976	-45.450
3.10.01	Participações	-47.208	-42.976	-45.450
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	725.503	716.385	732.071
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	8,39984	8,29428	8,47589

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	725.503	716.385	732.071
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-99.831	-302.714	-35.953
4.02.01	Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	122.388	87.432	244.289
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-54.063	-33.835	-109.502
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	322	4.882	3.873
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-145	-2.160	-1.743
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-280.554	-598.389	-172.870
4.02.06	Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	112.221	239.356	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	625.672	413.671	696.118

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.441.803	9.758.544	5.922.696
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.190.942	1.902.754	3.800.951
6.01.01.01	Lucro Líquido	725.503	716.385	732.071
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	29.146	39.835	41.993
6.01.01.03	Prov. Para Desv. De Outros Valores e Bens	12	6	-12
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	452.847	452.371	762.641
6.01.01.05	Provisão para Outros de Liquidação Duvidosa	8.171	90.004	11.354
6.01.01.06	Provisão para Passivo Risco do FNE	495.878	518.204	969.562
6.01.01.07	Provisão para Passivo Risco do FDNE	586	33	-50
6.01.01.08	Provisão para Passivo Contingentes	52.154	-33.278	112.365
6.01.01.09	Provisão para Passivo Outras Contingências	82.258	37.402	0
6.01.01.10	Provisão (Benefício pós emprego)	266.132	203.964	193.070
6.01.01.11	Provisão Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	173.481	193.014	277.379
6.01.01.12	Reversão de Provisão Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	0	-72.515
6.01.01.13	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	26.485	45.961	63.759
6.01.01.14	Provisão para Ativo Fiscal Diferido	-113.265	-326.341	667.707
6.01.01.15	Provisão para Perdas em Créditos Vinculados SFH	-95	-3.671	23.002
6.01.01.16	Constituição/Reversão de Provisões Operacionais	0	0	18.625
6.01.01.17	Atualização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	4.365	8.522	0
6.01.01.18	Atualização Monetária de Depósitos Recursais	-12.716	-39.657	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.250.861	7.855.790	2.121.745
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-47.669	-30.005	-152.858
6.01.02.02	Relações Interfinanceira e Interdependência	13.535	-295.048	-91.534
6.01.02.03	Operações de Crédito	-396.209	1.586.583	298.863
6.01.02.04	Outros Créditos	360.658	157.857	-823.853
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	6.526	323	342
6.01.02.06	Depósitos	979.594	1.154.901	-207.186
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	395.034	16.811	-701.606
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	122.190	-109.602	-120.602

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-404.221	36.012	-719.146
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	-137.560	-23.024	206.986
6.01.02.11	Outras Obrigações	1.756.761	5.416.384	4.772.497
6.01.02.12	Reserva de Reavaliação	0	407	0
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-389.721	-102.399	-340.158
6.01.02.14	Ajuste de Períodos Anteriores	-8.057	46.590	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.324.814	-5.944.517	-8.616.012
6.02.01	Inversões em Investimentos	0	318	-100
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-39.970	-19.324	-22.860
6.02.03	Inversões em Intangível	0	-45	-3.293
6.02.04	Inversões em Bens não de Uso Próprio	-1.239	-679	-317
6.02.05	Alienação em Investimentos	0	0	57
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	2.602	9.007	4.123
6.02.07	Alienação de Bens Não de uso Próprio	122	247	181
6.02.08	Títulos e Valores Mobiliários disponível para venda	-9.286.329	-5.934.041	-8.593.803
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-343.848	-401.288	-464.766
6.03.01	Pagamento de Dividendos sobre a forma de JCP	-147.010	-187.360	-71.376
6.03.02	Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-196.838	-213.928	0
6.03.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	0	-393.390
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.226.859	3.412.739	-3.158.082
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.841.968	9.429.229	12.587.311
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.615.109	12.841.968	9.429.229

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	11.769	1.685.026	60.870	-850.954	3.750.711
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-8.056	0	-8.056
5.02.01	Credores	0	0	0	0	5.866	0	5.866
5.02.02	Devedores	0	0	0	0	-13.922	0	-13.922
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	11.769	1.685.026	52.814	-850.954	3.742.655
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	725.503	0	725.503
5.05	Destinações	0	0	0	592.365	-778.494	0	-186.129
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-186.129	0	-186.129
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	592.365	-592.365	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	36.275	-36.275	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	556.090	-556.090	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-177	0	177	-100.008	-100.008
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	68.325	68.325
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-177	0	177	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-168.333	-168.333
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	11.592	2.277.391	0	-950.962	4.182.021

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)								
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	14.491	1.157.951	0	-653.947	3.362.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	33.445	108.429	141.874
5.02.01	Credores	0	0	0	0	45.480	108.429	153.909
5.02.02	Devedores	0	0	0	0	-12.035	0	-12.035
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	14.491	1.157.951	33.445	-545.518	3.504.369
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	716.385	0	716.385
5.05	Destinações	0	0	0	527.075	-692.089	0	-165.014
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-165.014	0	-165.014
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	527.075	-527.075	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	34.087	-34.087	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	492.988	-492.988	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.722	0	3.129	-305.436	-305.029
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	53.597	53.597
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-2.722	0	3.129	0	407
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-359.033	-359.033
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	11.769	1.685.026	60.870	-850.954	3.750.711

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	369	0	369
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	16.621	598.429	369	-615.864	2.843.555
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	732.071	0	732.071
5.05	Destinações	0	0	0	559.522	-734.570	0	-175.048
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-175.048	0	-175.048
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	559.522	-559.522	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	36.603	-36.603	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	522.919	-522.919	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.130	0	2.130	-38.083	-38.083
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	134.788	134.788
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-2.130	0	2.130	0	0
5.07.05	Ganhos Atuariais	0	0	0	0	0	-172.871	-172.871
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	14.491	1.157.951	0	-653.947	3.362.495

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	7.911.868	7.836.668	7.028.239
7.01.01	Intermediação Financeira	5.105.949	5.403.702	5.438.822
7.01.02	Prestação de Serviços	2.538.708	2.315.681	2.309.358
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-461.018	-542.375	-773.995
7.01.04	Outras	728.229	659.660	54.054
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.109.669	-3.235.432	-3.347.110
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.176.534	-1.157.810	-1.064.500
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-87.939	-92.597	-84.032
7.03.02	Serviços de Terceiros	-610.794	-571.646	-541.345
7.03.04	Outros	-477.801	-493.567	-439.123
7.04	Valor Adicionado Bruto	3.625.665	3.443.426	2.616.629
7.05	Retenções	-29.146	-39.835	-41.993
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.146	-39.835	-41.993
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.596.519	3.403.591	2.574.636
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.596.519	3.403.591	2.574.636
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	3.596.519	3.403.591	2.574.636
7.09.01	Pessoal	1.780.987	1.682.679	1.600.801
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.233.850	1.202.065	1.129.295
7.09.01.02	Benefícios	459.804	395.758	390.106
7.09.01.03	F.G.T.S.	87.333	84.856	81.400
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.054.460	966.104	202.636
7.09.02.01	Federais	1.016.613	935.152	174.585
7.09.02.02	Estaduais	39	47	53
7.09.02.03	Municipais	37.808	30.905	27.998
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.569	38.423	39.128
7.09.03.01	Aluguéis	35.569	38.423	39.128
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	725.503	716.385	732.071
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	186.129	165.014	175.048
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	539.374	551.371	557.023



## Relatório da Administração

### 1. PALAVRA DO PRESIDENTE

---

O Banco do Nordeste contratou no ano de 2018 o montante de R\$ 43,6 bilhões, em quase 5 milhões de operações de crédito, representando um crescimento de 64,8% no valor contratado em relação a 2017.

Os financiamentos de longo prazo feitos em investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços foram responsáveis por 75,7% dos recursos contratados, somando R\$ 33,0 bilhões em 577,0 mil operações. Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio, e Desconto, atingiram o valor de R\$ 10,6 bilhões, totalizando 4,4 milhões de operações.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi a fonte de recursos mais utilizada pelo Banco nos financiamentos de longo prazo, que realizou a maior contratação da história do Banco em 2018, totalizando R\$ 32,65 bilhões em 571.018 operações de financiamentos a produtores rurais, empreendedores individuais e empresas, com cobertura de 100% da área do FNE.

Já no campo de microcrédito - segmento que cresce a cada dia no país e de grande importância para o desenvolvimento de uma região - o Banco conta com dois programas de microcrédito produtivo orientado, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural. Apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores formais e informais, o Banco contratou, em 2018, R\$ 2,53 bilhões em 506,8 mil operações pelo Agroamigo e R\$ 8,95 bilhões em 4,24 milhões de operações pelo Crediamigo.

As micro e pequenas empresas contrataram R\$ 2,9 bilhões com crescimento de 10,8%. Na agricultura familiar, o Banco do Nordeste aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 3,12 bilhões com 9,5% de crescimento. Esses três segmentos de crédito – microcrédito, micro e pequena empresa e agricultura familiar – têm forte atuação do Banco do Nordeste por meio de programas específicos que fazem parte de políticas públicas do governo federal. Esses segmentos juntos com o crédito ao mini e pequeno produtor rural compõem a grande prioridade de atendimento do Banco - ser o agente financeiro do pequeno empreendedor na Região.

Como instituição gestora de recursos públicos, o Banco do Nordeste tem também o compromisso com a sociedade de pautar a sua atuação no mercado de forma social e ambientalmente responsável, coibindo a prática de fraude e corrupção. Para isso, o Banco desenvolve ações de Integridade e Ética, que funcionam como instrumentos da boa governança, envolvendo: postura ética, prática vigilante dos controles internos, sustentabilidade, transparência e integridade da organização, de seus colaboradores, parceiros ou das partes relacionadas.

Os indicadores de conformidade (IMC-Produto) das operações do Banco registraram avanços em 2018 comparados aos do exercício de 2017.

Segundo levantamento feito pelo Banco Central em outubro/2018, o Banco do Nordeste continua detendo a maior parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na área onde opera – região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – com a participação de 61,57% do total. No crédito rural essa participação alcança 53,81%.

Com o desempenho em 2018 demonstrado neste relatório, o Banco do Nordeste segue cumprindo seu papel de banco de desenvolvimento regional perfeitamente integrado à política econômica do País, sendo um instrumento do governo federal na Região para execução de políticas públicas.

**Romildo Carneiro Rolim**  
**Presidente**

## Relatório da Administração

### 1.1 Destaques:

Apresentamos a seguir os destaques em ações, reconhecimentos e premiações alcançados pelo Banco do Nordeste em 2018.

#### Ações:

- ✓ Contratação de R\$ 16,47 bilhões para projetos de Infraestrutura com recursos do FNE
- ✓ Contratação de R\$ 16,17 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, de Turismo e Comércio e Serviços com recursos do FNE
- ✓ Atendimento dos 1.990 municípios da área de abrangência do FNE, incluindo financiamentos de R\$ 16,3 bilhões para empreendimentos no semiárido.
- ✓ Maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul, o Programa Crediamigo desembolsou R\$ 8,95 bilhões para microempreendedores urbanos.
- ✓ Programa Agroamigo desembolsou R\$ 2,53 bilhões para microempreendedores rurais.
- ✓ Realização do 22º Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional
- ✓ Iniciação de financiamentos para pessoas físicas, micro e minigeradoras de energia elétrica, por meio de equipamentos fotovoltaicos instalados em residências e/ou condomínios residenciais.
- ✓ Iniciação de financiamentos para crédito estudantil por meio do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), com recursos do FNE.
- ✓ Pelo segundo trimestre consecutivo, o Banco do Nordeste alcançou a nota máxima, 5 em uma escala de 1 a 5, no Ranking de Qualidade de Ouvidorias, apurado trimestralmente pelo Banco Central.

#### Prêmios/Reconhecimentos

- ✓ **Prêmio ALIDE** : O Programa de Desenvolvimento Territorial – Prodeter foi premiado no Concurso de Melhores Práticas da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (ALIDE), na categoria Produtos Financeiros.
- ✓ **IG-SEST**: Pela segunda vez consecutiva, o Banco do Nordeste recebeu o Certificado Indicador de Governança (IG-Sest), iniciativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que reconhece o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais
- ✓ **Plano Progredir**: reconhecimento do Governo Federal, do Banco do Nordeste como a empresa pública que mais contribuiu para obtenção de resultados exitosos do Plano Progredir, tendo em vista que 80% do valor do microcrédito destinado ao público do Bolsa Família foram aplicados pela Instituição.
- ✓ O Banco do Nordeste foi reconhecido pelo Indeed, 2º maior *site* mundial de empregos, como a 6ª melhor empresa para trabalhar no Brasil.

## Relatório da Administração

### 2. MODELO DE NEGÓCIOS

---

O Banco do Nordeste (BNB) aplica recursos na Região por meio das operações de empréstimos e financiamentos e oferece produtos e serviços financeiros aos agentes econômicos, visando produzir resultados que garantam tanto a sua sustentabilidade quanto os interesses da sociedade. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco.

A solução das grandes questões regionais, a transformação do Nordeste e sua participação mais efetiva no cenário sócioeconômico nacional caracterizam o desafio maior e alvo principal das ações do Banco do Nordeste, como o Banco de desenvolvimento da Região. O BNB opera ampliando oportunidades, fortalecendo os agentes produtivos, produzindo impactos de interesse da sociedade nordestina, gerando empregos, proporcionando melhoria da renda e do bem-estar das famílias, promovendo a inclusão social e financeira, financiando a economia verde, contribuindo para tornar mais limpa a matriz energética da Região, atuando em área de grande carência econômica, como o semiárido.

Desde 2009 foi adotado como modelo de negócios a metodologia de gestão de clientes que define a composição de segmentos, observando o agrupamento de características, propostas de valor, ciclo de relacionamento e classificação dos agrupamentos de produtos. Este modelo agiliza o processo de concessão de crédito, diversifica e aumenta a escala dos empréstimos e financiamentos, integrando o relacionamento em diferentes negócios à percepção de valor agregado das ações do Banco, além de desenvolver produtos e serviços voltados especificamente às necessidades dos clientes.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste finalizou 2018 com 968 pontos físicos de atendimento, sendo 292 agências e 676 unidades de microcrédito.

### 3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

---

Estratégia é uma “visão” do caminho, ou para onde se deseja conduzir a Instituição, é traduzida em um conjunto de instrumentos, responsabilidades e metas, explicitadas em um programa plurianual de políticas, atividades, investimentos e ações, que visam melhorar a qualidade da gestão, a eficiência da aplicação de recursos e a oferta de produtos e serviços aos clientes.

A estratégia deve ser testada em sua consistência e com as identidades e teorias econômicas, ter aderência aos números e coerência com o processo histórico de desenvolvimento da área de atuação do Banco.

As estratégias de negócios do Banco do Nordeste foram definidas a partir das principais tendências do macroambiente econômico, da indústria financeira e dos riscos vislumbrados nos cenários possíveis desenhados para o Brasil e para a sua área de atuação.

#### 3.1 Planejamento Empresarial

O Planejamento Empresarial do Banco é composto pelos planos estratégico, tático e operacional. O primeiro, denominado Planejamento Estratégico, contém a missão, a visão, os valores e as metas quinquenais, bem como os resultados e os impactos esperados com a ação do Banco para sua área de atuação. O plano tático envolve as ações e atividades da Direção Geral, e o plano operacional das unidades de negócio.

## Relatório da Administração

Os resultados esperados são acordados por meio do "Acordo de Gestão", instrumento gerencial que busca a melhoria dos resultados do Banco em um processo de negociação e formalização das responsabilidades entre cada uma das Diretorias e as unidades a elas vinculadas.

O Banco do Nordeste em sua atuação estratégica, destaca:

- ✓ Missão: "Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste".
- ✓ Visão: "Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região".

O planejamento no Banco do Nordeste é norteado pelas seguintes premissas: visão corporativa, clareza de rumo, gestão para resultados, participação, continuidade e flexibilidade. A implementação e o êxito da estratégia escolhidos são sustentados pelos princípios seguintes: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

A construção do Planejamento Empresarial para o período 2018-2022 contemplou:

- ✓ Análise reflexiva dos resultados alcançados no exercício anterior, identificando oportunidades para melhoria;
- ✓ Aspectos legais e regulamentares a que o Banco está sujeito;
- ✓ Análise do ambiente interno;
- ✓ Estudos e desenhos de cenários para auxiliar na definição das estratégias corporativas; e
- ✓ Análise dos perfis de riscos e oportunidades das estratégias.

Em 2018, o Banco intensificou o processo de desenvolvimento de produtos e serviços digitais para seus clientes, estimando melhoria dos indicadores da economia e transformação dos serviços do Banco. Foram priorizados projetos para possibilitar a elaboração do cadastro e a abertura de conta corrente pela *Internet*, simplificar e virtualizar o processo de concessão de crédito e atender melhor os clientes por canais digitais. As soluções digitais estão apresentadas no site do Banco na internet no endereço (<https://www.bnb.gov.br/solucoes-digitais>).

### **3.2 Planejando o futuro em 2019**

Para 2019, o cenário se mostra desafiador face à expectativa de aplicação de recursos prevista para o ano, o que fortalece o propósito do Banco em ampliar estratégias internas e externas, em cooperação com as demais entidades que participam da promoção do desenvolvimento regional, promovendo o necessário suporte creditício para as atividades produtivas.

Assim sendo a mensagem que o Banco do Nordeste traz para a sociedade e seu corpo funcional é que a melhor estratégia é estar preparado para o futuro, ressaltando com isto a necessidade de modernizar-se constantemente em prol do desenvolvimento regional.

Neste sentido, dentre as principais diretrizes que nortearão o Planejamento Estratégico no período de 2019 a 2023 estão:

- ✓ Fazer o FNE cada vez melhor;
- ✓ Avançar na liderança do Microcrédito;
- ✓ Ser o Banco da micro, pequena e média empresa do Nordeste;
- ✓ Inovar em processos, produtos e serviços;
- ✓ Valorizar as competências humanas.

## Relatório da Administração

Adicionalmente, a partir de 2019, foi instituído outro elemento estratégico denominado de Trilhas da Estratégia que consistem num conjunto de orientações que contribuem de forma transversal para a realização das diretrizes estratégicas no que concerne a clientes e negócios, pessoas, produtos e serviços, tecnologia e processos.

### **3.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**

O FNE é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área básica de atuação, constituída pela região Nordeste e pelo norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

### **3.4 Desempenho FNE 2018**

Seguindo a Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos em 2018 no montante de R\$ 16,18 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços, além de valores para o Financiamento Estudantil (P-Fies). Além disso, foram aplicados R\$ 16,47 bilhões para projetos de Infraestrutura, conforme segmentação, totalizando R\$ 32,65 bilhões no ano.

Em que pese o contexto restritivo imposto pela sazonalidade climática na região Nordeste e pela crise econômica nacional, as diversas ações internas de aprimoramento no processo de crédito e nos programas de financiamento, assim como externas, de comunicação, prospecção e negociação, viabilizaram o incremento de 104,4% do volume de recursos de contratações em relação a 2017, ano em que o montante financiado foi de R\$ 15,97 bilhões.

Em termos de quantidade de operações, foram contratadas, em 2018, 571.057 operações de financiamentos a produtores rurais, empreendedores individuais e empresas, com cobertura de 100% da área do FNE, com contratações em todos os 1.990 municípios, nos 11 estados, e setores econômicos.

Em relação à desconcentração espacial dos financiamentos do FNE em 2018, destacam-se não apenas os resultados expressivos no apoio aos menores portes, alcançando os valores previstos na Programação da Fonte e o crédito em todos os 1.990 municípios da área de abrangência do Fundo, mas também o financiamento no montante de R\$ 16,3 bilhões para empreendimentos no semiárido.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, deve ser ressaltado que o total de contratações para o semiárido superou a meta anual, sendo, ainda, superior em 117,3% ao montante financiado em 2017, quando aplicou 7,5 bilhões, ante os 16,3 bilhões de 2018 mencionados acima. Esse crescimento foi resultado da elevação do total dos financiamentos a agricultores familiares (Pronaf), a produtores rurais empresariais e a micro e pequenas empresas (MPes), mas principalmente ao setor de Infraestrutura, no qual foram aplicados R\$ 9,6 bilhões nessa região.



## Relatório da Administração

### 3.5 Desafios FNE 2019

A inédita performance de aplicação registrada em 2018 gera a responsabilidade de manter, também em 2019, o mesmo ritmo operacional de modo a possibilitar a aplicação dos R\$ 23,7 bilhões de recursos constitucionais que já estão apontados, representando o pleno comprometimento das disponibilidades do fundo para contratação na área de atuação do FNE.

Nesse sentido, as alterações no cenário político e, por conseguinte, no cenário econômico, o que inclui o cenário externo, serão decisivas para a continuidade da recuperação econômica registrada em 2018, além de importantes direcionadores ao perfil das aplicações que, somados às revisões da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da ainda maior interlocução entre o Banco do Nordeste e os demais órgãos administradores dos fundos constitucionais, deverão continuar priorizando a aplicação nos espaços e territórios menos dinâmicos.

A inclusão de novos produtos ao portfólio já extenso de opções de financiamento, a exemplo do crédito a pessoas físicas mini e microgeradoras de energia fotovoltaica (FNE-Sol) e da continuação do financiamento estudantil (P-Fies), do credenciamento junto à Finep como agente financeiro do Inovacred, aliada à ampliação de ações desenvolvimentistas, como é o caso do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), contribuirão para a continuidade do FNE como vetor financeiro no apoio ao desenvolvimento regional.

Os projetos de infraestrutura, fundamentais ao acúmulo de um plano de crescimento da Região, terão destinação de parte dos recursos do FNE (R\$ 8,0 bilhões), conforme indicado em sua programação para 2019, o que contribuirá para a estruturação de boas oportunidades de negócios para os exercícios vindouros, além de garantir a modernização da estrutura do modal de transportes, de uma cada vez maior substituição da matriz energética atual para uma mais limpa, da ampliação do saneamento, dentre outras melhorias fundamentais ao Nordeste.

## 4. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

### 4.1 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Os projetos de pesquisa e desenvolvimento apoiados pelo Fundeci e FDR acumulam experiências relevantes em décadas de contribuição para o desenvolvimento, a adaptação e/ou aperfeiçoamento de produtos, serviços e processos e a difusão de novas tecnologias, promovendo avanços e favorecendo as diversas atividades econômicas da Região Nordeste.

No exercício de 2018, o Banco do Nordeste lançou dois editais que receberam 210 propostas de apoio a projetos de difusão tecnológica, desenvolvimento e inovação ao amparo de recursos do Fundeci, nas temáticas de Desenvolvimento Territorial e Inovação em Empresas, dos quais 47 foram selecionados para receberem apoio financeiro e desses 41 estão em fase de análise. No mesmo período, foi formalizado apoio a 8 projetos, oriundos de editais lançados em 2017 e de demandas espontâneas, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,9 milhões do Fundeci e do FDR.

Merece destaque o lançamento do primeiro edital voltado exclusivamente para projetos de inovação a serem desenvolvidos especificamente por empresas, desobrigando a participação de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), valorizando e promovendo iniciativas empresariais de pesquisa e tecnologia aplicada em temas como: finanças (*fintechs*), energias renováveis, saúde inteligente (*healthtech*), educação (*edtechs*), agronegócio, inclusão financeira, negócios de impacto social e cidades sustentáveis.

## Relatório da Administração

Os recursos dos fundos de pesquisa do BNB viabilizam a inserção de tecnologias inovadoras nos setores produtivos regionais, em seus diversos segmentos de atividades e portes de empreendimentos em projetos já apresentados, que utilizam tecnologias tais como Inteligência Artificial (IA), *Big Data*, *Blockchain*, Internet das Coisas (*IoT*).

### 4.2 Sustentabilidade

Em continuidade ao seu modelo de gestão que busca a sustentabilidade de seus negócios, o Banco do Nordeste desenvolveu diversas ações de responsabilidade socioambiental. No âmbito de sua ação creditícia, foram contratadas mais de 11.300 operações de financiamento relacionadas ao meio ambiente e à inovação, alcançando o montante aplicado de R\$ 1,2 bilhão, por meio dos programas voltados à sustentabilidade como o FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia, além do FNE Inovação. Em sintonia com sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), o Banco do Nordeste apoia projetos sociais, por meio de incentivos fiscais, destinando recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), a projetos desportivos - Lei de Incentivo ao Esporte, ao Fundo dos Direitos do Idoso e a causas da saúde, por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). Em 2018, foram selecionados 37 (trinta e sete) projetos por meio de editais públicos, assim distribuídos: 15 (quinze) projetos para o Fundo dos Direitos do Idoso, 13 (treze) projetos para o FIA, 04 (quatro) para o Esporte, 04 (quatro) para o PRONON, e 01 (um) para o Pronas/PCD, totalizando o valor de R\$ 3.631.266,38 em favor de aproximadamente 6.700 pessoas entre crianças, adolescentes, idosos, pessoas com câncer e portadores de deficiência.

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), encontra-se disponível no Portal do Banco do Nordeste na Internet no link a seguir: <https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>

### 4.3 Política de Desenvolvimento Territorial

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política Desenvolvimento Territorial do BNB, teve continuidade em 2018, consolidando importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Os Planos de Ação implementados nos primeiros 21 (vinte e um) territórios abrangidos pelo Prodeter já evidenciaram, em 2018, resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

## **5. DESEMPENHO**

---

### 5.1 Desempenho econômico-financeiro

#### **Resultado**

O Lucro Líquido do Exercício alcançou a cifra de R\$ 725,5 milhões, o que representou um crescimento de 6,5% em relação aos R\$ 681,7 milhões apurados em 2017. Já o Resultado

## Relatório da Administração

Operacional alcançou R\$ 1.243 milhões, representando um crescimento de 8,3% em relação aos R\$ 1.148 milhões obtidos no ano anterior. Esse bom desempenho teve como principais fatores a redução de 15% nas despesas com aprovisionamentos para créditos de liquidação duvidosa, inclusive as decorrentes de coobrigação com o FNE e o crescimento das receitas de prestação de serviços em 9,4%, o que representou uma elevação de R\$ 212,3 milhões em relação às receitas do exercício anterior.

### Ativos Totais BNB

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 58,6 bilhões, ao término do exercício de 2018 representando um crescimento de 8,5% em relação aos R\$ 54,0 bilhões existentes em dezembro de 2017. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos.

O crescimento dos saldos de ativos do BNB no exercício de 2018, em comparação com o ano anterior, foi influenciado, principalmente, pelo incremento observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal incremento teve como principais origens o aumento no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos do FNE (R\$ 2,0 bilhões) e os depósitos a prazo, que cresceram 10,0% (R\$ 767,8 milhões).

Já em relação aos saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões, verificou-se leve retração de 0,6% em relação ao ano anterior, o que corresponde a um decréscimo de R\$ 56,7 milhões. As principais variações do exercício de 2018, em relação aos saldos findos em 2017, na carteira de crédito, foram: crescimento de R\$ 326,2 milhões nas operações do Crediamigo; incremento no saldo de operações com recursos do FNE (Repasse Lei 7827, Artigo 9º, item “a”, no valor de R\$ 518,8 milhões); redução de R\$ 829,1 milhões na carteira de operações de crédito com recursos internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB); decréscimo de R\$ 158,3 milhões na carteira de operações de crédito com recursos do FAT; e redução de R\$ 95,5 milhões no saldo de aplicações com recursos do BNDES e Finame.

**Tabela 4A – Ativos Globais BNB (R\$ milhões)**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2018</b>
Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM	39.952,1	44.286,8
Relações Interfinanceiras	584,1	573,2
Operações de Crédito	9.099,5	9.042,8
Outros Créditos	4.194,5	4.506,7
Outros Valores e Bens	31,9	26,5
Permanente	184,8	193,0
<b>Total</b>	<b>54.046,9</b>	<b>58.629,0</b>

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco



## Relatório da Administração

### Títulos e Valores Mobiliários

Ao final do exercício de 2018, o saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, correspondeu a R\$ 35,8 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Alta Administração do Banco declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

### Ativos FNE

No que se refere aos saldos totais de ativos do FNE, ao final do exercício de 2018, observou-se crescimento de 10,1% na comparação com 2017, totalizando R\$ 82,0 bilhões em dezembro/2018, frente aos R\$ 74,5 bilhões em dezembro/2017.

**Tabela 4B – Ativos FNE (R\$ milhões)**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2018</b>
Disponibilidades Totais	22.590,6	24.575,9
Relações Interfinanceiras	2.394,8	2.549,9
Operações de Crédito	49.505,9	54.910,5
Outros Créditos	9,4	9,7
Outros Valores e Bens	0,8	0,5
Permanente	-	-
<b>Total</b>	<b>74.501,5</b>	<b>82.046,5</b>

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

O saldo das Disponibilidades totais de recursos do FNE ao término de 2018, alcançou a cifra de R\$ 24.576 milhões, representando um crescimento 8,8% em relação ao saldo existente no final de 2017. Destes, R\$ 19.744 milhões se referem ao saldo a desembolsar relativo a operações de crédito já contratadas. As referidas disponibilidades do FNE tiveram seu valor majorado por conta dos ingressos de recursos oriundos da STN, conforme determinação legal, de R\$ 7.481 milhões (R\$ 6.959 milhões em 2017) e dos reembolsos de operações de crédito, que no ano, foram de R\$ 13.115 milhões (R\$ 11.437 milhões em 2017). Por outro lado, destaca-se entre os eventos que contribuíram para a redução desse saldo, o aumento do ritmo de desembolsos de operações de crédito, que cresceu 46,3% em 2018, alcançando R\$ 17.310 milhões (R\$ 11.833 milhões em 2017).

### Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 4.182 milhões ao término do exercício de 2018. O Capital Social importava em R\$ 2.844 milhões representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no ano de 2018, foi de 19% a.a.

### Índice de Adequação Patrimonial

## Relatório da Administração

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem cumprido os requisitos mínimos de capital estipulados, o que lhe garante uma margem para continuar expandindo os seus negócios. Os detalhes da situação do Banco frente a esses requerimentos, ao final do exercício de 2018, podem ser vistos na Tabela 5.

**Tabela 5 – Requerimentos Mínimos de Capital (R\$ milhões)**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>6.300,0</b>	<b>6.541,7</b>
. Nível I	4.115,7	<b>4.279,9</b>
. Nível II	2.184,3	<b>2.261,8</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>39.615,6</b>	<b>47.553,2</b>
<b>Valor do RBAN</b>	<b>2.353,5</b>	<b>740,7</b>
<b>Margem sobre o ACP Requerido</b>	<b>1.243,6</b>	<b>535,1</b>
<b>Índices de Basileia:</b>		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,39%	<b>9,00%</b>
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,39%	<b>9,00%</b>
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,625%) (*)	15,90%	<b>13,76%</b>
. Índice de Basileia incluindo RBAN	15,01%	<b>13,55%</b>

(\*) em dezembro/2017 o mínimo era 9,25%.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Ao término de 2018, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 13,55% (15,01% em 31/12/2017) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 9,00%. O PR apurado foi de R\$ 6.542 milhões, o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.280 milhões, enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 47.553 milhões. A queda de 1,46 pontos percentuais no índice de Basileia Amplo e a de 1,39 pontos nos índices de Nível I e de Capital Principal decorreram, preponderantemente, da elevação do passivo atuarial proveniente dos benefícios pós-emprego, bem como da elevação dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

## 5.2 Desempenho Operacional

### Volume de Contratações

O Banco do Nordeste contratou no ano de 2018 o montante de R\$ 43,6 bilhões, em quase 5 milhões de operações de crédito. Esse resultado representa um crescimento de 64,8% no valor contratado quando comparado ao ano anterior.

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços foram responsáveis por 75,7% dos recursos contratados, somando R\$ 33,0 bilhões em 577,0 mil operações.

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio, e Desconto, atingiram o valor de R\$ 10,6 bilhões com total de 4,4 milhões de operações.

Esses valores contratados representam um crescimento de 99,8% nos créditos de longo prazo e 6,6% nos empréstimos de curto prazo, em relação ao ano de 2017, conforme apresentado na Tabela 6.

## Relatório da Administração

**Tabela 6 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)**

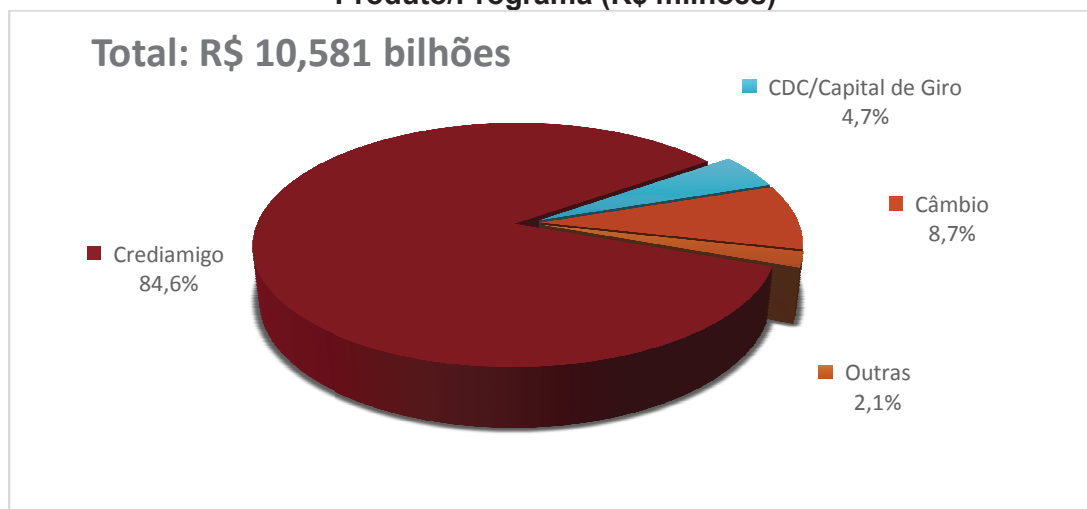
Tipo	2017		2018		Variação Valor
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Longo Prazo	595.984	16.517,8	576.994	33.005,5	99,8%
Curto Prazo	4.283.540	9.923,0	4.402.348	10.581,4	6,6%
<b>Total</b>	<b>4.879.524</b>	<b>26.440,8</b>	<b>4.979.342</b>	<b>43.586,9</b>	<b>64,8%</b>

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

No que concerne aos empréstimos de curto prazo (Gráfico 1), os quais representaram 24,3% do volume contratado em 2018 (R\$ 10,6 bilhões), destacam-se o programa de Crediamigo, que abrangeu 84,6% das contratações de curto prazo, alcançando aproximadamente R\$ 9,0 bilhões, e as operações de Câmbio que somaram R\$ 915,9 milhões (8,7%).

As contratações de longo prazo, foram realizadas em sua quase totalidade (98,9%) com recursos oriundos do FNE, totalizando R\$ 32,7 bilhões no ano, o que representou um crescimento de 104,5% em relação ao ano anterior.

**Gráfico 1 – Contratações de Empréstimos de Curto Prazo em 2018 por Produto/Programa (R\$ milhões)**



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

### Eficiência Operacional

O Banco do Nordeste apresentou, no ano de 2018, um índice de eficiência operacional de 65,6%, caracterizado pela gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, o que representa uma melhoria de 2,6 pontos percentuais em comparação ao exercício anterior. As despesas administrativas, no exercício de 2018, apresentaram um acréscimo de 3,4% em relação ao exercício anterior, representando um volume adicional de R\$ 106,3 milhões. O fator que mais contribuiu foi o reajuste anual dos salários, que foi de 5,0%. No entanto, as demais despesas administrativas, tiveram, no período, acréscimo de apenas 0,4%, mantendo-se no mesmo patamar do ano anterior, contribuindo, desta forma, positivamente na eficiência operacional. Dentre as reduções de despesas destacam-se: R\$ 10,7 milhões em despesas com Depreciação; R\$ 8,6 milhões com Propaganda, Publicidade e

## Relatório da Administração

Publicações e; R\$ 6,2 milhões em serviços de Comunicação. Já as margens financeiras foram positivamente influenciadas pela redução do nível de despesas com aprovisionamentos, pela recuperação de créditos baixados como prejuízo, bem como pela elevação de 9,4% nas Receitas de Prestação de Serviços, que alcançaram a cifra de R\$ 2,5 bilhões, contribuindo, também, para a melhoria da eficiência.

### Captação de Recursos

O Banco do Nordeste apresentou, em 31/12/2018, saldo de captação de recursos de R\$ 9,1 bilhões, aumento de 7,6% em relação ao saldo apresentado em dezembro/2017. Os depósitos à vista apresentam um saldo de R\$ 328,6 milhões em 31/12/2018, configurando um incremento da ordem de 36,9% frente ao ano de 2017. Os depósitos a prazo totalizam R\$ 6,2 bilhões, elevação de 7,1% em relação ao ano anterior. No que concerne à Poupança, na mesma posição, o Banco atingiu 2.433,8 milhões, portanto, houve um acréscimo de 6,9% em relação ao ano anterior. O saldo das letras de crédito do agronegócio (LCA) apresentou um decréscimo de 8,1%, decorrente principalmente da redução das captações no período. Os valores de depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) de dezembro/2018 e dezembro/2017 são detalhados na Tabela 4.

**Tabela 4 – Captações de Recursos 2018 (R\$ milhões)**

<b>Captações</b>	<b>Dez/2017</b>	<b>Dez/2018</b>	<b>Variação</b>
Depósitos a Vista	239,9	328,60	36,9%
Depósitos de Poupança	2.277,50	2.433,80	6,9%
Depósitos a Prazo	5.850,90	6.268,75	7,1%
Letra de Crédito do Agronegócio	176,5	162,28	-8,1%
<b>Total</b>	<b>8.544,80</b>	<b>9.193,43</b>	<b>7,6%</b>

Fonte: Banco do Nordeste, Diretoria de Planejamento e Diretoria Financeira e de Crédito

### Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento

No ano de 2018, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 7.512,0 milhões, um crescimento de 20,1% em relação ao final do ano de 2017. Na mesma posição, o Banco do Nordeste realizava a gestão de 22 fundos de investimento, com 77.590 cotistas, uma evolução de 9,8% em relação ao mesmo período de 2017. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 42,9 milhões no ano de 2018, um incremento de 23,2% em relação ao ano de 2017.

### Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

O Patrimônio Líquido do FINOR atingiu, no exercício de 2018, o valor de R\$ 869,9 milhões, apresentando um decréscimo de 46,2% em relação a 2017, em razão da constituição de reservas para aplicação com base no Artigo 9º, da Lei 8.167/91, cujos controles, em razão da insuficiência de recursos oriundos de incentivos fiscais, vinham sendo efetuados de forma extracontábil. A receita com taxa de administração sobre a carteira do FINOR totalizou R\$ 31,9 milhões no mesmo período, um incremento de 149,7% em relação a 2017.

## 5.3 Desempenho por Segmento

### Agricultura Familiar

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro na região Nordeste do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com carteira ativa de R\$ 9,24

## Relatório da Administração

bilhões, e 1,8 milhão de operações. Em 2018, foram 531,7 mil financiamentos contratados, no valor total R\$ 3,12 bilhões, o que representa 104% da meta estabelecida para o período. Do montante aplicado, 74,2% compreendem financiamentos no semiárido. Em comparação ao ano anterior, verifica-se incremento de 9,5% no volume de recursos aplicados, incluindo as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo).

### Programa de Crédito Fundiário

O programa Combate à Pobreza Rural é formado por dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva. No exercício de 2018, foram realizadas 481 operações pelo SAT, as quais somaram R\$ 22,9 milhões e 14 contratos de repasse SIC no montante de R\$ 3,48 milhões. Pelo Programa de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) foram contratadas 14 operações, no valor de R\$ 831,7 mil.

### Pequeno e Miniprodutor Rural

Em 2018, o segmento de Pequeno e Miniprodutor Rural (PMPR) contratou 6.347 operações de crédito, o que representa um acréscimo de 3,35% em relação às contratações realizadas no ano de 2017. Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 1,317 bilhão, superando a meta estabelecida para o período em 19,2%.

Das operações contratadas, 52% foram destinadas a custeio, 2% comercialização e 46% investimento. Dentro da região semi-árida concentraram-se 47% das contratações.

O ano foi marcado pela entrega de projetos e ações, destacando-se o Programa BNB Agro Inovação, o desenvolvimento de aplicativo para captura de coordenadas geodésicas e a entrega de plataforma que possibilita ao cliente a solicitação de cadastro, conta e *login* por meio digital.

### Microempreendedor Rural

O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C. Em 2018, foram financiados R\$ 2,53 bilhões, com a contratação de 507 mil operações pelo Agroamigo, o que representa um crescimento de 9% em relação aos valores contratados em 2017. O Agroamigo atingiu uma carteira ativa de R\$ 4,59 bilhões e mais de 1,35 milhão de operações. Os valores e quantitativos realizados pelo Agroamigo estão contidos nas informações relacionadas ao segmento Agricultura Familiar.

### Microempreendedor Urbano

O Banco do Nordeste atua no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo que desembolsou em 2018 o valor de R\$ 8,95 bilhões. A quantidade de desembolsos alcançou 4,24 milhões de operações. O Crediamigo possuía, ao final de 2018, 2,065 milhões de clientes com empréstimos ativos. A capacidade operacional do Crediamigo apresentou a média de 16,6 mil desembolsos ao dia. A inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso superiores a 90 dias em relação à carteira ativa, situou-se em 1,40%. Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, uma vez que o Programa abriu 414.257 contas correntes no decorrer do ano de 2018. As contas correntes dos clientes do Crediamigo não estão sujeitas à cobrança de tarifa.



## Relatório da Administração

### Micro e Pequena Empresa (MPE)

Em 2018, o segmento de Micro e Pequena Empresa do Banco do Nordeste, que abrange as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) com faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões, contratou o volume de R\$ 2,9 bilhões em operações de crédito, totalizando 36.639 operações, englobando os três setores econômicos e das mais diversas atividades constantes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Este número representa um crescimento de 10,8 % em relação às contratações realizadas no ano de 2017. Destaque-se o recorde histórico de aplicação do FNE com Micro e Pequenas Empresas, com um montante financiado de R\$ 2,76 bilhões, 108 % da meta estabelecida para o período. Outro fator de destaque foi a superação da meta FNE para Micro e Pequenas Empresas em todos os Estados.

O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,46 bilhão em contratações, correspondendo a 52,9 % dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Na região do semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 14.256 operações, o que representa 53,3% do total de operações efetivadas.

### Corporate

Em 2018, o Banco do Nordeste encerrou o exercício com 762 clientes Corporate, segmentação essa que contempla as empresas com faturamento bruto anual superior a R\$ 400,0 milhões, além dos clientes com operações no âmbito da Infraestrutura e sindicalizadas. Neste ano, o segmento contratou R\$ 14,8 bilhões em operações com recursos do FNE (inclusive operações de NE-Exportação), superando em 470% o volume contratado no mesmo período de 2017.

Do montante contratado pelo segmento em 2018, R\$ 12,7 bilhões foram em operações de Infraestrutura, com foco em iniciativas nas áreas estruturantes para o desenvolvimento regional, a exemplo de geração de energia, principalmente eólica e fotovoltaica, distribuição e transmissão de energia, saneamento básico e infraestrutura aeroportuária. Esse valor contratado foi aproximadamente 700% maior que o valor aplicado nesse setor em 2017.

Em comparação com o desempenho do Banco em 2018, do montante histórico de R\$ 32,6 bilhões investidos com recursos do FNE, 45,4% foi contratado com clientes do segmento Corporate. Da meta estabelecida para o setor de Infraestrutura, o segmento Corporate realizou 87,8%, o que representou um percentual 260% maior em relação ao cumprimento da meta de 2017.

Com relação ao crédito de curto prazo, inclusive operações de câmbio, o segmento Corporate contratou o volume de R\$ 758,4 milhões, correspondente a 54,2% do total contratado pelo Banco, excetuando-se as operações de Crediamigo.

### Agronegócio Pessoa Física

Em 2018 o valor total das contratações de operações no segmento Agronegócio foi de R\$ 1,431 bilhão com recursos do FNE, distribuídos em 574 operações. O montante corresponde a 113,6% da meta estabelecida para 2018. Das operações contratadas, 70% foram destinadas a custeio, 9% a comercialização e 21% a investimento. Assim como em PMPR, o ano foi marcado pela entrega de projetos e ações, destacando-se o Programa BNB Agro Inovação, o desenvolvimento de aplicativo para captura de coordenadas geodésicas e a entrega de plataforma que possibilita ao cliente a solicitação de cadastro, conta e login por meio digital.

### Pessoa Física

## Relatório da Administração

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física visa ao atendimento aos clientes consumidores de produtos e serviços financeiros não enquadrados nos demais segmentos. O segmento Pessoa Física encerrou o período com uma expansão na base de clientes de 5% e saldo médio de R\$ 222,8 milhões em operações de Crédito Comercial. Com relação à Captação de Recursos, a carteira de Pessoa Física concluiu o ano com saldo de R\$ 1,8 bilhão. Além disso, o ano de 2018 marcou a disponibilização de financiamento estudantil (P-Fies) com recursos do FNE. Além da implantação de estrutura para acolhimento do Programa, o Banco formalizou 103 acordos de cooperação com mantenedoras de instituições de ensino. No período, foram contratadas 231 operações, o que correspondeu a R\$ 1,5 milhão em contratação com fonte FNE.

### Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas da administração pública indireta, categorizadas como “não dependentes”, conforme legislação vigente. 2.102 clientes atingiram um saldo médio de R\$ 698,8 milhões em captação de recursos e um saldo devedor de operações de crédito da ordem de R\$ 615,4 milhões.

### Empresarial

O segmento empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões até R\$ 400,0 milhões. Ao final de 2018, o Banco alcançou o quantitativo de 10.058 clientes com perfil do segmento empresarial, uma involução de 19,02% frente ao número apresentado no final de 2017, em virtude da ampliação do limite de faturamento para as empresas consideradas MPE de acordo com a Lei Complementar 155/16.

Em 2018, as carteiras do segmento empresarial apresentaram os seguintes resultados: contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 881,78 milhões, aproximadamente o mesmo valor do ano anterior; contratações de crédito de longo prazo, incluindo operações com recursos do FNE no valor de R\$ 8.885,08 milhões, alcançando um desempenho 59% superior a 2017. A captação de recursos alcançou em 2018 R\$ 3,3 bilhões, o que representa um incremento de 13,79% em relação aos valores captados ao final do exercício anterior.

As aplicações totais (com todas as fontes) no segmento empresarial, em 2018, somaram R\$ 9,77 bilhões, sendo: R\$ 1,12 bilhão em Agronegócios; R\$ 3,17 bilhões em Comércio e Serviços; R\$ 1,74 bilhão em Indústria e R\$ 3,73 bilhões em Infraestrutura.

### 5.4 Recuperação de Crédito

O ano de 2018 veio com uma grande oportunidade de regularização de dívidas, em particular para produtores rurais sofridos com as estiagens dos últimos anos, por meio dos adventos das Leis nºs 13.340/2016 e 13.606/2018. Os valores auferidos em 2018 com a recuperação de crédito registraram o montante de R\$ 6,07 bilhões. Essas regularizações viabilizaram a marca histórica de recuperação em espécie de R\$ 963,28 milhões de crédito em atraso e prejuízo. No total, foram regularizadas 219.649 operações, sendo 206.910 operações com a fonte FNE e 12.739 com fontes não FNE refletindo nos significativos números citados, o que demonstra a efetividade das estratégias definidas pela Diretoria Executiva.

## Relatório da Administração

### 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

A Governança no setor público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitor a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <http://www.tcu.gov.br/governanca>).

Neste sentido, o Banco do Nordeste como entidade da Administração Pública Indireta mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa, órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão. Nesta ordenação estão presentes o Conselho de Administração – assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna – a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

A estrutura de Governança Corporativa do Banco, disponível em <https://www.bnb.gov.br/estrutura-organizacional>, está assim apresentada:

- ✓ Assembleia Geral
- ✓ Conselho de Administração
- ✓ Diretoria Executiva
- ✓ Conselho Fiscal
- ✓ Comitê de Auditoria
- ✓ Comitê de Remuneração
- ✓ Auditoria Interna
- ✓ Controles Internos
- ✓ Comissão de Ética
- ✓ Auditoria Externa

A estrutura de governança do Banco está definida em seu Estatuto Social, que é o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto, disponível na *Internet* em <http://www.bnb.gov.br/estatuto-social>.

#### 6.1 Auditoria

Em 2018, a auditoria interna realizou trabalhos de avaliação, com destaque para: Atendimento a Clientes, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Contabilidade - Crédito Tributário, Controles Internos, Crédito (Concessão, Administração e Recuperação), Contencioso Jurídico, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Gerenciamento de Capital, Gestão Integrada de Riscos, Segurança Corporativa, Programa Estratégico, Gestão de Processos, Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI, Garantir a Segurança dos Sistemas, Desenvolvimento e Gestão de Produtos e Serviços, Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Programa de Integridade.



## Relatório da Administração

### 6.2 Controles Internos

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; o compromisso de seus empregados em atuar com o foco nos objetivos empresariais e transparência; estrutura organizacional que garanta a segregação de funções e que possibilite a adequada delegação de autoridade e de atribuições; além das políticas e práticas de gestão de riscos, conformidade (*compliance*) e segurança da informação.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco, como responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos, controles internos e *compliance*.

Os comitês de decisão e/ou de avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos. Acrescenta-se aos diversos comitês especializados, o Comitê de Integridade e Ética do Banco que tem como atribuição, dentre outras, coordenar a aplicação da Política de Integridade do Banco, determinando a adoção de providências e de ações necessárias para o aprimoramento dos mecanismos do Programa de Integridade da Instituição.

A Comissão de Ética do Banco do Nordeste também exerce importante papel de apoio à Estrutura de Controles Internos, pois tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e de representar o cidadão (cliente ou não) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuando para a melhoria dos processos internos da Instituição.

Integra, ainda, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste, o conjunto de políticas, normas e procedimentos que servem à formalização de decisões e ações administrativas, como também de orientação para a execução das atividades nos diferentes níveis da organização e que estão disponíveis ao amplo acesso dos empregados da Instituição.

Os indicadores de conformidade (IMC-Produto) das operações do BNB avançaram ainda mais, saindo de uma média de 95% em 2017 para 97% no exercício de 2018. O resultado ratifica a orientação empresarial da administração do BNB de realizar negócios de forma íntegra, sustentável e rentável.

## 7. GESTÃO DE RISCOS

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste contempla orientações e diretrizes para as atividades relacionadas à gestão contínua e integrada dos riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB, de liquidez e socioambiental. Referidos riscos são considerados relevantes pelo Banco do Nordeste em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se na observação da legislação vigente, na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados.

Em 2018, com a entrada em vigor da Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Banco implementou várias medidas com o objetivo de se tornar aderente à legislação em vigor e em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa e de Gestão de Riscos. Dentre essas medidas destacam-se:

- Alteração no Estatuto do Banco;
- Revisão da estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital da instituição;

## Relatório da Administração

- Criação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição;
- Atualização da Política Corporativa de Gestão de Riscos em observância ao disposto na nova legislação vigente e na RAS;
  - Implantação de novas sistemáticas de cálculo para Risco de crédito (perda esperada) e Riscos de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) com base em modelos de variação de valor econômico ( $\Delta$  EVE) e de variação de resultado na intermediação financeira ( $\Delta$  NII);
- Teste de estresse integrado;
- Criação da Política de Gestão de Continuidade de Negócios; e
- Atualização do plano de contingência de liquidez.

## 8. RELACIONAMENTOS

---

### 8.1 Relacionamento com cliente

O Banco do Nordeste, visando proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidação de imagem institucional de credibilidade, segurança e competência, presta atendimento à luz de sua política de relacionamento com clientes, consoante Resolução nº 4.539/2016 do CMN. O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 4.340.737 atendimentos em 2018, sendo: 368.709 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 129.784 por canais multimeios (SIC, *e-mail*, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 67.248 2ª via de boletos emitidos, a pedido dos clientes; 3.774.996 atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento de segurança bancária, renovação de seguros e realização de pesquisas de satisfação e campanhas institucionais.

Cabe evidenciar que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>) e transparência passiva (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>).

### Ouvidoria

De acordo com o Banco Central, em 2018 o Banco do Nordeste manteve-se como a Instituição Financeira com menor número de reclamações junto àquela autarquia, dentre os bancos com mais de 4 milhões de clientes. O *ranking* é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio. Nos resultados do *Ranking* de Qualidade de Ouvidorias dos três primeiros trimestres de 2018, também divulgado pelo Banco Central, a Ouvidoria do Banco do Nordeste figurou na primeira colocação, tendo atingido a nota máxima de cinco no 3º trimestre do ano. Este *ranking* objetiva disponibilizar à sociedade informações qualitativas sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras.

### 8.2 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

A estrutura da experiência do cliente envolve os canais tradicionais de atendimento ao cliente e as novas *interfaces* digitais. A experiência digital do cliente tem o foco no futuro, inclui serviços de *interface* de interação com o usuário, a otimização de processos dos sistemas responsáveis pelas regras de negócios e *webservices*. A eficiência dos

## Relatório da Administração

investimentos em TI é otimizada com foco na redução dos custos das operações de crédito e microcrédito, e no aumento do uso de canais eletrônicos. Como resultado do contínuo investimento do Banco na melhoria da experiência digital do cliente pode-se destacar que, em 2018, do volume de transações do Banco 48% foram realizadas em canais digitais (24% em *internet banking* e 24% em *mobile banking*).

### 8.3 Relacionamento com sociedade

**Patrocínio** - As ações de patrocínio conciliam diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando a ampliar relacionamentos, divulgar produtos, incrementar negócios e fortalecer a marca. Em 2018, foram destinados R\$ 8,7 milhões a 283 projetos, dos quais 43 culturais e 240 de cunho institucional-mercadológico. Do total de recursos aplicados, 37% tiveram fonte em leis incentivo fiscal.

**Cultura** - O Banco do Nordeste compreende a cultura como parte da política integrante do desenvolvimento do Nordeste. Nesse sentido, adota as diretrizes de democratização do acesso às manifestações artístico-culturais, apoio à produção, fruição, circulação e formação artístico-cultural. Seus três centros culturais (Fortaleza e Cariri, no Ceará, e Sousa, na Paraíba) oferecem à comunidade um espaço democrático de acessibilidade aos diversos campos em artes, mediante realização de programação artístico-cultural gratuita. Em 2018, os eventos culturais alcançaram público estimado de 520 mil pessoas, que participaram de eventos em artes cênicas, artes visuais, cinema, literatura, música, oficina de formação, artes para o público infantil e tradição cultural.

### 8.4 Relacionamento com empregados

O Banco do Nordeste encerrou 2018 com 7.005 empregados, 193 Bolsistas de Nível Médio, 683 Bolsistas de Nível Superior e 479 Jovens Aprendizes em seu quadro.

O Banco do Nordeste foi reconhecido como a sexta melhor empresa para trabalhar no Brasil, conforme segundo maior site de empregos do mundo, Indeed.

Em 2018, lançou o Programa de Incentivo ao Desligamento - PID buscando proporcionar condições ao desligamento de empregados que completaram tempo para aposentadoria pelo INSS em 31/12/2017, possibilitando desligarem-se do Banco do Nordeste em condições que permitam uma melhor transição para a situação de aposentado. Tal medida também proporcionará uma renovação do quadro de pessoal e a otimização de despesas.

O Banco implantou o Programa Limiar que objetiva preparar para o “pós-carreira” todos os colaboradores que são elegíveis à aposentadoria, colaborando com um processo de transição orientada e reforçando a importância da qualidade de vida e possibilidade de novas fontes de realização.

## 9. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

---

### 9.1 Camed

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saude), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e a Creche Paulo VI. Em 2018, o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R\$ 23,5 milhões. Esse resultado foi superior ao ano de 2017 em 3.257%, em função principalmente dos custos com serviços médicos, hospitalares, odontológicos e afins terem crescido apenas 0,32% em 2018, enquanto que em 2017 cresceu 18% em relação ao ano anterior.

## Relatório da Administração

Já a Camed Corretora está presente principalmente nas localidades de atuação do Banco do Nordeste, por intermédio de suas Agências e encerrou o ano de 2018 com um resultado positivo de R\$ 8,5 milhões, representando um crescimento de 37% em relação ao exercício anterior. Esse resultado foi impulsionado pelo crescimento da venda de seguros realizados na base de negócios de crédito do Banco do Nordeste, aumentando as receitas de comissão de R\$ 41 milhões em 2017 para R\$ 49 milhões em 2018, representando um crescimento de 23% no ano.

### 9.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de R\$ 4,57 bilhões na posição de 31/12/2018. A Capef possui 12.284 participantes e beneficiários assistidos. Estes participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido – Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes, e outro de contribuição variável – Plano CV I, criado em 2010. O Plano BD encerrou 2018 com 1.514 participantes ativos, 3.732 aposentados e 1.277 pensionistas e obteve, nesse ano de 2018, uma rentabilidade de 11,97% equivalente a 131,25% da sua meta atuarial de 9,12% (INPC + 5,50% ao ano). O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Em 2018, esse plano obteve uma rentabilidade de 12,75% equivalente a 138,74% de sua meta atuarial de 9,19% (IPCA + 5,25% ao ano). Este plano encerrou o ano com 5.531 participantes ativos, 191 aposentados e 39 pensionistas.

## 10. INFORMAÇÕES LEGAIS

---

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no exercício de 2018, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

**Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados (PLR)
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 12- Permanente	
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 16- Outras Obrigações	Nota 31- Outras Informações

**NOTA 1 - O Banco e suas Características**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:



## Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária (Deliberação CVM nº 673, de 20.10.2011);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

### Reapresentação de Saldos Comparativos

O Banco alterou sua política contábil em relação ao reconhecimento dos créditos tributários sobre passivos contingentes, que até 31.12.2017 não eram registrados, somente divulgados nas notas explicativas e, a partir de 31.12.2018, passaram a ser reconhecidos à medida que as projeções indiquem sua realização no prazo de 10 anos. Quanto aos créditos tributários sobre provisões atuariais, o Banco deixou de considerar o fluxo das contribuições estimadas nos próximos 10 anos como base de realização da parcela referente a perdas atuariais, bem como ajustou a base de cálculo do tributo diferido.

O Banco procedeu também a ajustes de classificação de créditos tributários lançados às rubricas de Ajuste de Avaliação Patrimonial, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Resultado do Exercício de 2017. Conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses efeitos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos do exercício findo em 31.12.2017, que estão sendo reapresentados:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	31.585.567	208.674	<b>31.794.241</b>
Outros Créditos	2.078.852	208.674	2.287.526
Diversos	2.106.090	208.674	2.314.764
<b>Total do Ativo</b>	<b>54.046.937</b>	<b>208.674</b>	<b>54.255.611</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>3.542.037</b>	<b>208.674</b>	<b>3.750.711</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(998.758)	147.804	(850.954)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	60.870	60.870
<b>Total do Passivo</b>	<b>54.046.937</b>	<b>208.674</b>	<b>54.255.611</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(437.794)</b>	<b>34.640</b>	<b>(403.154)</b>
Ativo Fiscal Diferido	(326.340)	34.640	(291.700)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>681.745</b>	<b>34.640</b>	<b>716.385</b>
<b>Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído)- em R\$</b>	<b>7,89</b>	<b>0,40</b>	<b>8,29</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01.01.2017			31.12.2017		
	Original	Ajuste	Ajustado	Saldo Inicial <sup>(1)</sup>	Ajuste	Reapresentado
<b>Patrimônio Líquido</b>	3.362.495	134.659	3.497.154	<b>3.676.696</b>	<b>74.015</b>	<b>3.750.711</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(653.947)	108.429	(545.518)	(890.329)	39.375	(850.954)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	26.230	26.230	26.230	34.640	60.870

<sup>(1)</sup> Saldo Inicial é constituído pelo valor ajustado acrescido da movimentação do exercício de 2017.

**Notas Explicativas**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	01.01.2017			31.12.2017		
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
Lucro Líquido do Exercício	732.071	26.230	758.301	681.745	34.640	716.385
Lucro Líquido Ajustado	3.800.951	(134.659)	3.666.292	1.899.249	3.505 <sup>(1)</sup>	1.902.754 <sup>(1)</sup>
Outros Créditos	(823.853)	(134.659)	(958.512)	192.215	(34.358) <sup>(1)</sup>	157.857 <sup>(1)</sup>
Ajuste de Exercício Anteriores	-	-	-	7.215	39.375	46.590

<sup>(1)</sup> Inclui reapresentação de valores que não se referem à mudança de política contábil

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	1.000.744	(34.640)	966.104
Federais	969.792	(34.640)	935.152
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	681.745	34.640	716.385
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	516.731	34.640	551.371

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	01.01.2017			31.12.2017		
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido	732.071	26.230	758.301	681.745	34.640	716.385
Outros Resultados Abrangentes	(35.953)	108.429	72.476	(342.089)	39.375	(302.714)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(172.870)	108.429	(64.441)	199.981	39.375	239.356

**NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis****a) Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

**b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

**c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

**e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

## Notas Explicativas

### f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em conta os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio, neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo das Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários

### g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

#### **Hedge Accounting**

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de riscos durante toda a operação, estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado, ou o fluxo



## Notas Explicativas

de caixa atribuído do instrumento de *hedge*, compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

### h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

### i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

### j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

### k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigente até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A partir de 01.01.2019, a alíquota da CSLL retorna ao percentual de 15%. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, provisões contingenciais (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras), Rendas a Apropriar (RAP), provisão do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios definidos pela Resolução CMN n.º 3.059, de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002, esta última estabelecendo os procedimentos para reconhecimento e registro contábil, e estão suportados por estudo técnico elaborado semestralmente. Aplicam-se, também, as disposições normativas da CVM no que não conflitar com as normas emanadas do CMN e do Bacen.

### l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo "benefício definido".

## Notas Explicativas

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

### **m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

### **n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)**

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

### **o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

### **p) Dívidas Subordinadas**

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

### **q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

## Notas Explicativas

### r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

### s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

## NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 31.12.2018 e 31.12.2017.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

## Notas Explicativas

Especificação	2º Sem/2018			01.01 a 31.12.2018			01.01 a 31.12.2017 Reapresentado		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
<b>Receitas</b>	<b>1.824.637</b>	<b>1.554.482</b>	<b>3.379.119</b>	<b>3.961.107</b>	<b>3.036.651</b>	<b>6.997.758</b>	<b>4.010.893</b>	<b>3.321.112</b>	<b>7.332.005</b>
Receitas de Operações de Crédito	961.849	-	961.849	1.893.376	-	1.893.376	2.000.122	-	2.000.122
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	533.561	849.750	1.383.311	1.057.914	1.673.944	2.731.858	1.236.609	2.036.838	3.273.447
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(11.821)	-	(11.821)	144.398	-	144.398	(2.900)	-	(2.900)
Resultado de Operações de Câmbio	90.915	-	90.915	310.953	-	310.953	110.323	-	110.323
Resultado de Aplicações Compulsórias	12.856	-	12.856	25.364	-	25.364	22.710	-	22.710
Outras Receitas	237.277	704.732	942.009	529.102	1.362.707	1.891.809	644.029	1.284.274	1.928.303
<b>Despesas</b>	<b>(753.117)</b>	<b>(947.868)</b>	<b>(1.700.985)</b>	<b>(1.899.433)</b>	<b>(2.168.726)</b>	<b>(4.068.159)</b>	<b>(1.783.334)</b>	<b>(2.514.779)</b>	<b>(4.298.113)</b>
Despesas de Captação no Mercado	(424.347)	-	(424.347)	(988.528)	-	(988.528)	(1.102.588)	-	(1.102.588)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(91.897)	(857.175)	(949.072)	(449.887)	(1.671.254)	(2.121.141)	(138.371)	(1.994.473)	(2.132.844)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e e 20.g)	(236.873)	(90.693)	(327.566)	(461.018)	(497.465)	(958.483)	(542.375)	(520.264)	(1.062.639)
Provisão Proagro a Receber	-	-	-	-	(7)	(7)	-	(42)	(42)
<b>Margem Financeira</b>	<b>1.071.520</b>	<b>606.614</b>	<b>1.678.134</b>	<b>2.061.674</b>	<b>867.925</b>	<b>2.929.599</b>	<b>2.227.559</b>	<b>806.333</b>	<b>3.033.892</b>
Rendas de Prestação de Serviços	336.804	944.319	1.281.123	614.989	1.846.714	2.461.703	483.443	1.765.972	2.249.415
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	40.626	-	40.626	77.005	-	77.005	66.266	-	66.266
<b>Pasep e Cofins</b>	<b>(58.868)</b>	<b>(79.026)</b>	<b>(137.894)</b>	<b>(87.710)</b>	<b>(185.535)</b>	<b>(273.245)</b>	<b>(76.834)</b>	<b>(191.803)</b>	<b>(268.637)</b>
<b>Resultado após Tarifas e Comissões</b>	<b>1.390.082</b>	<b>1.471.907</b>	<b>2.861.989</b>	<b>2.665.958</b>	<b>2.529.104</b>	<b>5.195.062</b>	<b>2.700.434</b>	<b>2.380.502</b>	<b>5.080.936</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			<b>(1.667.026)</b>			<b>(3.242.708)</b>			<b>(3.136.415)</b>
Despesas de Pessoal			(1.058.469)			(2.001.459)			(1.900.347)
Depreciação e Amortização			(13.912)			(29.146)			(39.835)
Outras Despesas Administrativas			(594.645)			(1.212.103)			(1.196.233)
<b>Outras Despesas</b>			<b>(305.196)</b>			<b>(570.629)</b>			<b>(712.692)</b>
<b>Despesas de Provisões, exceto Crédito</b>			<b>(81.861)</b>			<b>(134.930)</b>			<b>(69.314)</b>
<b>Lucro antes da Tributação e Participações</b>			<b>807.906</b>			<b>1.246.795</b>			<b>1.162.515</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(281.073)			(474.084)			(403.154)
Participações no Lucro			(33.148)			(47.208)			(42.976)
<b>Lucro Líquido</b>			<b>493.685</b>			<b>725.503</b>			<b>716.385</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades em Moeda Nacional	129.549	145.271
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	3.879	16.247
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>133.428</b>	<b>161.518</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	7.481.681	12.680.450
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>7.615.109</b>	<b>12.841.968</b>

<sup>(1)</sup> Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

### NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

#### a) Composição

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>a) Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>7.626.446</b>	<b>12.787.577</b>
Revendas a Liquidar	7.481.681	12.680.450
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	144.765	107.127
<b>b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>153.538</b>	<b>143.507</b>
Aplicações em Moedas Estrangeiras	45.188	27.953
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	108.350	115.554
<b>Total</b>	<b>7.779.984</b>	<b>12.931.084</b>
Saldo de Curto Prazo	7.779.984	12.931.084

#### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
<b>a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)</b>	<b>305.165</b>	<b>712.116</b>	<b>960.863</b>
Posição Bancada	301.059	704.614	953.270
Posição Financiada	4.106	7.502	7.593
<b>b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)</b>	<b>1.939</b>	<b>6.029</b>	<b>6.892</b>
<b>Total</b>	<b>307.104</b>	<b>718.145</b>	<b>967.755</b>

**NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**

**a) Títulos e Valores Mobiliários**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliário estão a seguir distribuídos:

**a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários**

Títulos Disponíveis para Venda	31.12.2018									31.12.2017	
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>13.000</b>	<b>462.736</b>	<b>171.860</b>	<b>5.129</b>	<b>34.413.272</b>	-	<b>35.512.681</b>	<b>35.065.997</b>	<b>(446.684)</b>	<b>25.773.355</b>	<b>(562.494)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	31.233.564	2020 a 2025	31.222.255	31.233.564	11.309	22.614.045	15.806
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.914.110	2050 a 2055	1.683.722	1.914.110	230.388	1.332.596	75.756
Letras Financeiras	-	462.736	171.727	-	1.173.103	2019 a 2022	1.865.502	1.807.566	(57.936)	1.718.101	(36.232)
Debêntures	13.000	-	-	5.104	89.029	2019 a 2041	700.671	107.133	(593.538)	104.449	(583.562)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.397	2027	4.085	3.397	(688)	3.838	(777)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	36.196	-	(36.196)	-	(33.396)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	133	25	69	2019 a 2022	250	227	(23)	326	(89)
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>431</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.036</b>	<b>431</b>	<b>(1.605)</b>	<b>392</b>	<b>(1.605)</b>
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.605	-	(1.605)	-	(1.605)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	400	-	-	-	-	Sem Vencimento	400	400	-	362	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	31	-	-	-	-	Sem Vencimento	31	31	-	30	-
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>34.671</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.241</b>	<b>34.671</b>	<b>11.430</b>	<b>26.870</b>	<b>4.623</b>
Outros Incentivos Fiscais – Finor	171	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	171	62	171	62
Ações de Companhias Abertas	34.500	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	34.500	11.368	26.699	4.561
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.899</b>	<b>440.262</b>	<b>-</b>	<b>449.497</b>	<b>449.161</b>	<b>(336)</b>	<b>429.384</b>	<b>(106)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	440.262	2020 a 2023	439.668	440.262	594	413.770	729
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	916	-	(916)	-	(845)
Debêntures	-	-	-	8.899	-	2019	8.913	8.899	(14)	15.614	10
<b>Total da Categoria</b>	<b>48.102</b>	<b>462.736</b>	<b>171.860</b>	<b>14.028</b>	<b>34.853.534</b>	<b>-</b>	<b>35.987.455</b>	<b>35.550.260</b>	<b>(437.195)</b>	<b>26.230.001</b>	<b>(559.582)</b>
Crédito Tributário (Nota 21.c)									279.464		
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)									(103.221)		
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>									<b>(260.952)</b>	<b>(329.275)</b>	

<sup>(1)</sup> Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 270.805 (R\$ 254.543 em 31.12.2017); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.081 (R\$ 2.896 em 31.12.2017); Garantias em Processos Judiciais R\$ 147.388 (R\$ 145.732 em 31.12.2017); e Demais Garantias R\$ 27.887 (R\$ 26.213 em 31.12.2017).

## Notas Explicativas

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R\$ 437.195 (R\$ 559.582 em 31.12.2017). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 260.952 (R\$ 329.275 em 31.12.2017).

Títulos Mantidos até o Vencimento	31.12.2018							31.12.2017	
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	<b>13.923</b>	<b>223.497</b>		<b>237.420</b>	<b>184.507</b>	<b>203.025</b>	<b>139.857</b>
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	176.986	2030	176.986	124.073	166.832	103.664
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	13.923	-	2019	13.923	13.923	10.240	10.240
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	12.981	2023	12.981	12.981	11.218	11.218
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	2.289	2025	2.289	2.289	958	958
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	13.309	2020	13.309	13.309	12.624	12.624
Nordeste III FIP	-	-	-	17.932	2023	17.932	17.932	1.153	1.153
<b>Total da Categoria</b>	-	-	<b>13.923</b>	<b>223.497</b>		<b>237.420</b>	<b>184.507</b>	<b>203.025</b>	<b>139.857</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.



**Notas Explicativas**

**a.2)** No período, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

**a.3)** A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

**b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários**

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	305.165	712.116	960.863
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.939	6.029	6.892
Títulos de Renda Fixa	1.076.014	2.013.340	2.305.001
Títulos de Renda Variável	193	373	691
<b>Total</b>	<b>1.383.311</b>	<b>2.731.858</b>	<b>3.273.447</b>

**c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)**

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2018, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

apresentada nos quadros a seguir.

Especificação	Composição em 31.12.2018								31.12.2017
	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido	Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo		
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	585.664	21.591	585.664	-	-	21.591	21.591	12.619
Posição Passiva									
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	585.664	21.591	585.664	-	-	21.591	21.591	12.619
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								-	5.048

Especificação	31.12.2018		31.12.2017	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	585.664	21.591	-	-
1 a 3 anos	-	-	426.513	-
<b>Total</b>	<b>585.664</b>	<b>21.591</b>	<b>426.513</b>	<b>-</b>

**c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)**

Especificação	31.12.2018					31.12.2017
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI		
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.170.210	584.546	1.148.619	584.546	(21.591)	12.619
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.170.493		1.148.033		(22.460)	12.512
Crédito Tributário (Nota 21.c)					-	5.004
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)					(8.984)	

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.150 (R\$ 999 em 31.12.2017) sobre os juros da operação.



## Notas Explicativas

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

### d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
Swap	(11.821)	144.398	(2.900)
<b>Total</b>	<b>(11.821)</b>	<b>144.398</b>	<b>(2.900)</b>

## NOTA 8 – Créditos Vinculados

### a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	486.835	-	486.835	382.760	-	382.760
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	13.184	-	13.184	123.558	-	123.558
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	78.858	(8.277)	70.581	74.821	(8.182)	66.639
<b>Total</b>	<b>578.877</b>	<b>(8.277)</b>	<b>570.600</b>	<b>581.139</b>	<b>(8.182)</b>	<b>572.957</b>
Saldo de Curto Prazo	500.019	-	500.019	506.318	-	506.318
Saldo de Longo Prazo	78.858	(8.277)	70.581	74.821	(8.182)	66.639

### b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	10.857	21.422	21.429
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.047	4.037	4.240
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	-	-	33
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(48)	(95)	(2.992)
<b>Total</b>	<b>12.856</b>	<b>25.364</b>	<b>22.710</b>

## NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

### a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
<b>Operações de Crédito</b>	<b>9.659.746</b>	<b>(616.930)</b>	<b>10.044.514</b>	<b>(945.061)</b>
Curto Prazo	4.614.935	(346.763)	4.676.166	(492.465)
Longo Prazo	5.044.811	(270.167)	5.368.348	(452.596)
<b>Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>883.584</b>	<b>(10.729)</b>	<b>913.565</b>	<b>(5.788)</b>
Curto Prazo	880.453	(10.729)	911.561	(5.788)
Longo Prazo	3.131	-	2.004	-
<b>Total</b>	<b>10.543.330</b>	<b>(627.659)</b>	<b>10.958.079</b>	<b>(950.849)</b>

#### a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamentos a Depositantes	160	374
Empréstimos	4.460.331	4.749.224
Títulos Descontados	12.704	33.978
Financiamentos	1.540.865	1.929.132
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	10.616	60.186
Financiamentos Agroindustriais	5.965	9.303
Financiamentos Rurais	1.366.030	1.385.618
Financiamentos Imobiliários <sup>(1)</sup>	-	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.263.075	1.876.456
<b>Subtotal de Operações de Crédito</b>	<b>9.659.746</b>	<b>10.044.514</b>
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.787	11.204
Devedores por Compra de Valores e Bens	662	1.311
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10.d)	51.269	50.221
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>(2)</sup> (Nota 11.a)	819.866	850.829
<b>Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>883.584</b>	<b>913.565</b>
<b>Total</b>	<b>10.543.330</b>	<b>10.958.079</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

<sup>(2)</sup> Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

**Notas Explicativas****a.2) Receitas de Operações de Crédito**

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
Empréstimos e Títulos Descontados	447.825	869.288	976.773
Financiamentos	225.877	541.072	571.108
Financiamentos Agroindustriais	141	564	5.617
Financiamentos Rurais	95.480	234.606	291.937
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	192.526	247.846	154.684
Outros Valores	-	-	3
<b>Total</b>	<b>961.849</b>	<b>1.893.376</b>	<b>2.000.122</b>

**b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento****b.1) Créditos de Curso Normal <sup>(1)</sup>**

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2018	Total em 31.12.2017
Rural	2.867	9.988	296	4.193	16.048	1.259.684	1.293.076	1.358.054
Indústria	47.716	37.566	30.434	119.790	694.643	1.451.101	2.381.250	2.619.697
Governo	11.204	11.204	36.654	33.610	92.942	429.654	615.268	695.537
Outros Serviços	107.363	94.328	81.113	175.892	268.195	1.581.316	2.308.207	1.927.209
Comércio	758.556	709.573	555.943	934.199	298.771	138.652	3.395.694	3.534.436
Intermediários Financeiros	61	46	47	114	138	226	632	864
Habitação	60	24	15	34	13	11	157	586
Pessoas Físicas	25.958	11.679	6.944	13.977	14.237	10.944	83.739	91.732
<b>Total 31.12.2018</b>	<b>953.785</b>	<b>874.408</b>	<b>711.446</b>	<b>1.281.809</b>	<b>1.384.987</b>	<b>4.871.588</b>	<b>10.078.023</b>	
<b>Total 31.12.2017</b>	<b>927.127</b>	<b>781.795</b>	<b>710.307</b>	<b>1.305.713</b>	<b>1.381.809</b>	<b>5.121.364</b>		<b>10.228.115</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias**b.2) Créditos em Atraso**

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2018	Total em 31.12.2017
Rural	206	219	165	604	1.221	37.376	39.791	1.877
Indústria	1.050	1.022	963	2.756	5.039	25.796	36.626	162.846
Outros Serviços	4.738	4.185	3.689	10.011	17.017	47.370	87.010	171.116
Comércio	14.928	9.949	7.710	14.544	19.231	64.996	131.358	140.626
Intermediários Financeiros	2	2	1	4	9	27	45	-
Pessoas Físicas	190	168	163	473	671	1.186	2.851	4.203
<b>Total 31.12.2018</b>	<b>21.114</b>	<b>15.545</b>	<b>12.691</b>	<b>28.392</b>	<b>43.188</b>	<b>176.751</b>	<b>297.681</b>	
<b>Total 31.12.2017</b>	<b>81.118</b>	<b>19.702</b>	<b>16.135</b>	<b>43.242</b>	<b>70.402</b>	<b>250.069<sup>(1)</sup></b>		<b>480.668</b>

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias <sup>(1)</sup>	Total em 31.12.2018	Total em 31.12.2017
Rural	1	246	31	911	705	343	36.889	39.126	44.020
Indústria	549	642	1.326	1.102	1.375	1.771	404	7.169	34.726
Outros Serviços	2.791	2.575	5.167	3.633	8.317	6.208	128	28.819	53.102
Comércio	11.389	9.208	10.717	7.460	18.642	27.250	60	84.726	106.005
Intermediários Financeiros	1	-	2	-	24	-	-	27	2
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	247
Pessoas Físicas	41	558	723	710	1.963	3.705	59	7.759	11.194
<b>Total 31.12.2018</b>	<b>14.772</b>	<b>13.229</b>	<b>17.966</b>	<b>13.816</b>	<b>31.026</b>	<b>39.277</b>	<b>37.540</b>	<b>167.626</b>	
<b>Total 31.12.2017</b>	<b>5.585</b>	<b>17.446</b>	<b>24.552</b>	<b>25.154</b>	<b>61.296</b>	<b>72.408</b>	<b>42.855</b>		<b>249.296</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e Classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.**c) Composição das Operações por Níveis de Risco**

Nível de Risco	31.12.2018				31.12.2017			
	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.722.942	-	3.722.942	-	4.112.754	-	4.112.754	-
A	4.696.442	-	4.696.442	(23.482)	4.112.276	-	4.112.276	(20.561)
B	714.345	29.577	743.922	(7.439)	1.073.569	30.020	1.103.589	(11.037)
C	529.726	30.253	559.979	(16.799)	98.991	34.045	133.036	(3.992)
D	158.894	24.218	183.112	(18.311)	365.755	28.980	394.735	(39.473)
E	32.733	28.424	61.157	(18.347)	61.102	38.088	99.190	(29.757)
F	13.275	24.010	37.285	(18.642)	21.902	236.755	258.657	(129.328)
G	16.302	29.876	46.178	(32.326)	50.870	39.600	90.470	(63.329)
H	193.364	298.949	492.313	(492.313)	330.896	322.476	653.372	(653.372)
<b>Total</b>	<b>10.078.023</b>	<b>465.307</b>	<b>10.543.330</b>	<b>(627.659)</b>	<b>10.228.115</b>	<b>729.964</b>	<b>10.958.079</b>	<b>(950.849)</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

**Notas Explicativas****d) Movimentação da Provisão no Período**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	950.848	1.431.088
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	460.408	543.965
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(783.597)	(1.024.204)
<b>(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito</b>	<b>627.659</b>	<b>950.849</b>
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.238	28.824
(+) Constituição de Provisão no Período	834	1.215
(-) Reversão de Provisão no Período	(224)	(2.801)
<b>(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)</b>	<b>27.848</b>	<b>27.238</b>
<b>(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>655.507</b>	<b>978.087</b>

**e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão**

<b>Especificação</b>	<b>2º Sem/2018</b>	<b>01.01 a 31.12.2018</b>	<b>01.01 a 31.12.2017</b>
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	233.930	452.847	452.374
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	2.859	7.628	101.396
(-) Reversão de Provisões Operacionais	(67)	(67)	(9.805)
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>236.722</b>	<b>460.408</b>	<b>543.965</b>
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	226	835	1.156
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(75)	(225)	(2.746)
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)</b>	<b>236.873</b>	<b>461.018</b>	<b>542.375</b>

**f) Garantias Financeiras Prestadas**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2018</b>		<b>31.12.2017</b>	
	<b>Saldo</b>	<b>Provisão</b>	<b>Saldo</b>	<b>Provisão</b>
Vinculados ao Comércio Internacional de Mercadorias	-	-	2.234	-
Outras Fianças Bancárias	450	-	450	-
<b>Setor Público</b>	<b>24.029.174</b>	<b>(2.990.936)</b>	<b>21.491.232</b>	<b>(3.084.588)</b>
FDNE (Notas 16.i e 22.f.2)	131.323	(1.222)	127.239	(636)
FNE (Notas 16.i e 22.f.2)	23.887.363	(2.989.707)	21.363.190	(3.083.952)
Proagro (Notas 16.i e 22.f.2)	10.488	(7)	803	-

**g) Concentração de Crédito**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2018</b>		<b>31.12.2017</b>	
	<b>Saldo</b>	<b>% da Carteira</b>	<b>Saldo</b>	<b>% da Carteira</b>
10 Maiores devedores	2.079.899	19,73	2.270.716	20,72
50 maiores devedores	4.340.102	41,16	4.377.577	39,95
100 maiores devedores	4.942.422	46,88	5.002.911	45,65

- h)** No exercício de 2018, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 247.846 (R\$154.683 em 31.12.2017)e as renegociações totalizaram R\$ 501.483 (R\$ 713.377 em 31.12.2017).

## Notas Explicativas

### NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado
<b>a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>868.658</b>	<b>885.164</b>
<b>b) Rendas a Receber</b>	<b>15.938</b>	<b>16.480</b>
<b>c) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
<b>d) Diversos</b>	<b>3.660.718</b>	<b>3.534.553</b>
Créditos Tributários sobre PCLD, Rap, Provisões Contingenciais e PID (Nota 21.c)	1.322.540	1.458.246
Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 21.c)	891.040	760.009
Créditos Tributários sobre TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.c)	288.101	275.298
Devedores por Depósitos em Garantia	410.721	352.206
Impostos e Contribuições a Compensar	356.473	74.244
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	51.269	50.221
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.986	2.378
Pagamentos a Ressarcir	2.409	14.267
Valores a Receber Bônus Rebate	85.167	282.358
Outros Valores	224.264	238.578
<b>e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(38.577)</b>	<b>(33.026)</b>
Com Características de Concessão de Crédito	(10.729)	(5.788)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.848)	(27.238)
<b>Total</b>	<b>4.506.749</b>	<b>4.403.183</b>
Saldo de Curto Prazo	2.402.198	2.115.657
Saldo de Longo Prazo	2.104.551	2.287.526

### NOTA 11 – Carteira de Câmbio

#### a) Composição

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)</b>	<b>868.658</b>	<b>885.164</b>
Câmbio Comprado a Liquidar	856.751	865.655
Direitos sobre Vendas de Câmbio	5.354	8.502
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(5.233)	(197)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.786	11.204
<b>Ativo Circulante (Nota 10.a)</b>	<b>868.658</b>	<b>885.164</b>
<b>Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)</b>	<b>5.319</b>	<b>9.318</b>
Obrigações por Compras de Câmbio	819.866	851.617
Câmbio Vendido a Liquidar	5.318	8.530
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(819.866)	(850.829)
Outros Valores	1	-
<b>Passivo Circulante (Nota 16.b)</b>	<b>5.319</b>	<b>9.318</b>

#### b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
Rendas de Câmbio	91.316	311.799	111.227
Despesas de Câmbio	(401)	(846)	(904)
<b>Total</b>	<b>90.915</b>	<b>310.953</b>	<b>110.323</b>

## NOTA 12 – Permanente

## a) Investimentos

Especificação	31.12.2017	01.01.2018 a 31.12.2018		31.12.2018	
	Saldo Contábil	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas		
Ações e Cotas	331	-	-	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.260	-	-	1.260	1.260
<b>Total</b>	<b>1.591</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.591</b>	<b>1.591</b>

## b) Imobilizado

Especificação	31.12.2017	01.01.2018 a 31.12.2018				31.12.2018		
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação				
Edificações	72.802	-	-	(5.218)	67.584	259.308	(191.724)	67.584
Sistema de Processamento de Dados	33.077	33.449	(1.537)	(15.047)	49.942	172.746	(122.804)	49.942
Móveis e Equipamentos de Uso	27.048	6.206	(838)	(5.211)	27.205	79.014	(51.809)	27.205
Terrenos	17.576	-	-	-	17.576	17.576	-	17.576
Instalações	4.417	23	(22)	(1.005)	3.413	18.982	(15.569)	3.413
Sistema de Comunicação	45	8	(4)	(11)	38	257	(219)	38
Sistema de Segurança	6.635	284	(201)	(1.249)	5.469	18.252	(12.783)	5.469
Sistema de Transporte	1.640	-	-	(1.404)	236	14.332	(14.096)	236
<b>Total</b>	<b>163.240</b>	<b>39.970</b>	<b>(2.602)</b>	<b>(29.145)</b>	<b>171.463</b>	<b>580.467</b>	<b>(409.004)</b>	<b>171.463</b>

## c) Intangível

Especificação	31.12.2017	01.01.2018 a 31.12.2018				31.12.2018	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Amortização			
Gastos com Intangíveis em Elaboração <sup>(1)</sup>	19.948	-	-	-	19.948	19.948	19.948
<b>Total</b>	<b>19.948</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.948</b>	<b>19.948</b>	<b>19.948</b>

<sup>(1)</sup> O saldo contém o custo de aquisição de licença para uso de software ERP. No exercício, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável do Ativo.

Em 31.12.2018 e 31.12.2017, não houve *impairment* sobre o Ativo Permanente.

**NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas****a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2018	Total em 31.12.2017
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>328.683</b>	-	-	-	-	-	<b>328.683</b>	<b>239.932</b>
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>2.433.765</b>	-	-	-	-	-	<b>2.433.765</b>	<b>2.277.515</b>
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>608.185</b>	<b>951.808</b>	-	-	-	-	<b>1.559.993</b>	<b>1.582.889</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>579.146</b>	<b>1.849.041</b>	<b>3.938.740</b>	<b>1.061.156</b>	<b>1.036.782</b>	<b>26.955</b>	<b>8.491.820</b>	<b>7.707.846</b>
Depósitos a Prazo	236.711	1.829.407	2.261.828	980.896	932.949	26.955	6.268.746	5.287.894
Depósitos Judiciais com Remuneração	338.746	-	-	-	-	-	338.746	562.981
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.634.998	69.782	69.782	-	1.774.562	1.649.735
FAT Recursos Disponíveis	1.597	4.351	18.641	4.660	-	-	29.249	37.481
FAT Recursos Aplicados	2.092	5.722	23.273	5.818	-	-	36.905	142.452
Outros	-	9.561	-	-	34.051	-	43.612	27.303
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>55.712</b>	<b>1.255.747</b>	-	-	-	-	<b>1.311.459</b>	<b>1.189.269</b>
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	-	1.149.183	-	-	-	-	1.149.183	1.012.769
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	55.712	106.564	-	-	-	-	162.276	176.500
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	-	-	-	-	-	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>Dívidas Subordinadas</b>	-	-	-	-	-	<b>2.369.446</b>	<b>2.369.446</b>	<b>2.205.468</b>
<b>Total em 31.12.2018</b>	<b>4.005.491</b>	<b>4.056.596</b>	<b>3.938.740</b>	<b>1.061.156</b>	<b>1.036.782</b>	<b>3.396.401</b>	<b>17.495.166</b>	
<b>Total em 31.12.2017</b>	<b>3.831.276</b>	<b>1.764.036</b>	<b>5.454.438</b>	<b>792.901</b>	<b>1.130.070</b>	<b>3.230.198</b>		<b>16.202.919</b>

## Notas Explicativas

### b) Depósitos

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>328.683</b>	<b>239.932</b>
Depósitos de Governos	6.039	5.985
Depósitos Vinculados	136.476	93.751
Pessoas Jurídicas	153.133	108.855
Pessoas Físicas	32.647	30.611
Outros Valores	388	730
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>2.433.765</b>	<b>2.277.515</b>
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.580.066	1.482.561
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	852.933	794.209
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	766	745
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>1.559.993</b>	<b>1.582.889</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>8.491.820</b>	<b>7.707.846</b>
Depósitos a Prazo	6.268.746	5.287.894
Depósitos Judiciais com Remuneração	338.746	562.981
<b>Outros Depósitos a Prazo</b>	<b>1.884.328</b>	<b>1.856.971</b>
<b>Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 27 e 29)</b>	<b>66.154</b>	<b>179.933</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 27)</b>	<b>29.249</b>	<b>37.481</b>
Proger Urbano	9.360	948
Protrabalho	1.778	15.597
Infraestrutura	1.286	15.736
PNMPO	16.825	5.200
<b>Recursos Aplicados (Nota 27)</b>	<b>36.905</b>	<b>142.452</b>
Proger Urbano	190	10.619
Protrabalho	22.196	31.784
Infraestrutura	-	26.847
PNMPO	14.519	73.202
<b>Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)</b>	<b>1.774.562</b>	<b>1.649.735</b>
<b>Outros Valores</b>	<b>43.612</b>	<b>27.303</b>
<b>Total</b>	<b>12.814.261</b>	<b>11.808.182</b>
Saldo de Curto Prazo	6.750.628	5.410.955
Saldo de Longo Prazo	6.063.633	6.397.227

### c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>Carteira Própria</b>	<b>1.236.716</b>	<b>879.320</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.236.716	879.320
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>144.765</b>	<b>107.127</b>
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	144.765	107.127
<b>Total</b>	<b>1.381.481</b>	<b>986.447</b>
Saldo de Curto Prazo	1.372.662	983.405
Saldo de Longo Prazo	8.819	3.042

### d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
<b>Despesas de Captações</b>	<b>(385.773)</b>	<b>(918.568)</b>	<b>(1.008.214)</b>
Depósitos a Prazo	(174.488)	(340.202)	(544.870)
Depósitos de Poupança	(41.285)	(81.218)	(98.665)
Depósitos Judiciais	(9.394)	(26.485)	(45.961)
Depósitos Interfinanceiros	(20.722)	(41.490)	(46.778)
Depósitos Especiais	(55.539)	(110.794)	(65.894)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(79.398)	(307.558)	(193.347)
Outros Depósitos	(4.947)	(10.821)	(12.699)
<b>Despesas de Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(38.574)</b>	<b>(69.960)</b>	<b>(94.374)</b>
Carteira de Terceiros	(4.106)	(7.502)	(7.593)
Carteira Própria	(34.468)	(62.458)	(86.781)
<b>Total</b>	<b>(424.347)</b>	<b>(988.528)</b>	<b>(1.102.588)</b>



**Notas Explicativas****NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2018	Total em 31.12.2017
Empréstimos no Exterior	119.358	781.079	-	-	-	-	900.437	951.482
Repasses do País	40.486	91.422	302.227	322.397	428.006	37.480	1.222.018	1.520.571
Repasses do Exterior	30.230	138.426	170.488	170.543	70.915	-	580.602	635.225
<b>Total em 31.12.2018</b>	<b>190.074</b>	<b>1.010.927</b>	<b>472.715</b>	<b>492.940</b>	<b>498.921</b>	<b>37.480</b>	<b>2.703.057</b>	
<b>Total em 31.12.2017</b>	<b>239.544</b>	<b>1.016.971</b>	<b>530.901</b>	<b>544.101</b>	<b>671.879</b>	<b>103.882</b>		<b>3.107.278</b>
Saldo de Curto Prazo							<b>1.201.001</b>	<b>1.256.515</b>
Saldo de Longo Prazo							<b>1.502.056</b>	<b>1.850.763</b>

**b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2018	31.12.2017
<b>Tesouro Nacional</b>	IGP - 7 + 2,00	<b>482</b>	<b>450</b>
<b>BNDES</b>	Pré 1,5 a 11,10 TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41	<b>1.155.450</b>	<b>1.435.506</b>
Programa de Operações Conjuntas (POC)		767.975	1.065.137
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	Variação Cambial 2,00 a 4,00	387.475	370.369
<b>Finame</b>	Pré 1,5 a 7,00 TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41	<b>66.086</b>	<b>84.615</b>
Programa Automático		44.393	63.575
Programa Agrícola	Variação Cambial 2,00 a 4,00	21.693	21.040
<b>Total (Nota 29.a.1)</b>		<b>1.222.018</b>	<b>1.520.571</b>
Saldo de Curto Prazo		131.908	161.679
Saldo de Longo Prazo		1.090.110	1.358.892

**c) Obrigações por Empréstimos**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	900.437	951.482
<b>Total</b>		<b>900.437</b>	<b>951.482</b>
Saldo de Curto Prazo		900.437	951.482

**d) Obrigações por Repasses do Exterior**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2018	31.12.2017
BID-Prodetur I	USD + 4,16	112.392	191.947
BID-Prodetur II	USD + 3,42	462.387	437.340
BID-Outros Programas	USD + 3,42	5.823	5.938
<b>Total</b>		<b>580.602</b>	<b>635.225</b>
Saldo de Curto Prazo		168.656	143.354
Saldo de Longo Prazo		411.946	491.871

**e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses**

Especificação	2º Sem/2018	01.01. a 31.12.2018	01.01. a 31.12.2017
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(100.810)</b>	<b>(306.856)</b>	<b>(219.476)</b>
<b>Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País</b>	<b>(62.826)</b>	<b>(130.191)</b>	<b>(114.817)</b>
Tesouro Nacional	(15)	(34)	(7)
BNDES	(60.634)	(125.881)	(111.741)
Finame	(2.177)	(4.276)	(3.069)
<b>Despesas de Repasses do Exterior</b>	<b>(37.984)</b>	<b>(176.665)</b>	<b>(104.659)</b>
<b>Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior</b>	<b>(62.694)</b>	<b>(271.625)</b>	<b>(82.540)</b>
<b>Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>(785.568)</b>	<b>(1.542.660)</b>	<b>(1.830.828)</b>
<b>Total</b>	<b>(949.072)</b>	<b>(2.121.141)</b>	<b>(2.132.844)</b>



**Notas Explicativas****NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos****a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior**

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2018 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.12.2018 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.12.2017 <sup>(2)</sup>
<i>Eurobonds – SeniorUnsecured Notes</i> <sup>(1)</sup>	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	1.171.643	1.149.183	1.012.769
<b>Total</b>					<b>1.171.643</b>	<b>1.149.183</b>	<b>1.012.769</b>
Saldo de Curto Prazo						1.149.183	7.857
Saldo de Longo Prazo						-	1.004.912

<sup>(1)</sup> As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. Opagamento dos juros das notas é semestral.

<sup>(2)</sup> Considerando os efeitos tributários.

Conforme Nota 7.c.1, as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

**b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas**

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2018	31.12.2017
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) <sup>(1)</sup>	81,22 CDI	158.496	162.276	176.500
Saldo de Curto Prazo			162.276	176.500
Saldo de Longo Prazo			-	-

<sup>(1)</sup> Título com prazo médio de vencimento de 193 dias.

**NOTA 16 – Outras Obrigações**

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados</b>	<b>1.477</b>	<b>1.453</b>
Recursos do Proagro	227	171
Recebimento de Tributos Federais	35	26
IOF a Recolher	783	775
Outros Tributos e Assemelhados	432	481
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>5.319</b>	<b>9.318</b>
<b>c) Sociais e Estatutárias</b>	<b>179.662</b>	<b>138.114</b>
Dividendos e Bonificações a Pagar	131.418	94.222
Participações nos Lucros	48.244	43.892
<b>d) Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>692.671</b>	<b>346.156</b>
<b>Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos</b>	<b>278.499</b>	<b>164.858</b>
TVM e IFD (Nota 21.d)	103.221	45.035
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.d)	-	144
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.d)	175.278	119.679
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)</b>	<b>310.412</b>	<b>92.554</b>
Imposto de Renda	166.581	49.047
Contribuição Social	143.831	43.507
<b>Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar</b>	<b>103.760</b>	<b>88.744</b>
<b>e) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>153</b>	<b>153</b>
<b>f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>25.472.735</b>	<b>23.528.778</b>
FNE (Nota 29.a.1)	24.585.592	22.599.975
Outros Valores	887.143	928.803
<b>g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 17 e 29.a.1)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 18 e 29.a.1)</b>	<b>2.369.446</b>	<b>2.205.468</b>
<b>i) Diversas</b>	<b>6.485.206</b>	<b>6.178.307</b>
<b>Provisão para Contingências</b>	<b>401.730</b>	<b>332.084</b>
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	206.531	169.253
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	146.964	116.349
Outras (Nota 22.f.1.iv)	32.466	33.154
Fiscais (Nota 22.f.1.i)	15.769	13.328
<b>Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.f.2)</b>	<b>2.990.936</b>	<b>3.084.588</b>
<b>FNE (Nota 9.f)</b>	<b>2.989.707</b>	<b>3.083.952</b>
Repasse	1.017	1.137
Risco Integral BNB	59.135	87.599
Risco Compartilhado	2.929.555	2.995.216
FDNE (Nota 9.f)	1.222	636
Proagro (Nota 9.f)	7	-
<b>Passivos Atuariais</b>	<b>2.227.601</b>	<b>1.900.021</b>
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 25.g.1.1 e 29.a.2)	606.070	411.216
Plano de Assistência Médica (Notas 25.g.2 e 29.a.2)	1.474.370	1.354.238
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 25.g.3 e 29.a.2)	147.161	134.567
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>505.807</b>	<b>441.475</b>
Despesa de Pessoal	249.489	181.764
Outros Valores	82.836	67.238

**Notas Explicativas**

Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	173.482	192.473
<b>Outros Valores</b>	<b>359.132</b>	<b>420.139</b>
<b>Total</b>	<b>36.206.669</b>	<b>33.407.747</b>
Saldo de Curto Prazo	5.622.712	13.791.594
Saldo de Longo Prazo	30.583.957	19.616.153

**NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)**

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2018	31.12.2017
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

**NOTA 18 – Dívidas Subordinadas**

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) <sup>(1)</sup>	2.369.446	2.205.468
Recursos disponíveis	1.379.634	1.734.734
Recursos aplicados	989.812	470.734
<b>Total (Notas 16.h e 29.a.1)</b>	<b>2.369.446</b>	<b>2.205.468</b>

<sup>(1)</sup> São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

**NOTA 19 – Patrimônio Líquido****a) Capital Social**

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2017), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.12.2018		31.12.2017	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00	44.049.447	51,00
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO <sup>(1)</sup>	30.205.568	34,97	30.207.318	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.217.900	7,20	6.220.150	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45	3.846.968	4,45
Outros	2.051.581	2,38	2.047.581	2,38
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> em 31.12.2017:BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado

**b) Reserva de Reavaliação**

O valor de R\$ 11.592 (R\$ 11.769 em 31.12.2017) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 177(R\$ 3.129 em 31.12.2017) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base de distribuição do resultado.

## Notas Explicativas

### c) Pagamento de JCP do exercício de 2017

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26.03.2018, foi aprovada a distribuição de JCP complementares, referentes ao exercício findo em 31.12.2017, de R\$ 94.013. O pagamento dos JCP ocorreu em 10.04.2018.

### d) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – 1º semestre de 2018

Por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10.08.2018, foi aprovado o pagamento antecipado de JCP imputados ao valor do dividendo, de 25,00% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre, no valor de R\$ 53.537 (R\$69.233 em 30.06.2017). O referido benefício foi pago em 28.08.2018. O total dos JCP distribuídos sobre o lucro líquido apurado em 30.06.2018 proporcionou, na mesma posição, redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 23.770 (R\$ 30.324 em 30.06.2017).

### e) Demonstrativo de cálculo dos JCP:

Especificação	01.01. a 31.12.2018	01.01. a 31.12.2017
<b>1. Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>725.503</b>	<b>681.745</b>
2. Reserva Legal	(36.275)	(34.087)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(82.785)	(12.035)
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	177	3.129
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	135.598	19.250
<b>6. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>742.218</b>	<b>658.002</b>
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) Brutos	186.129	165.014
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(574)	(508)
9. JCP Líquidos imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	185.555	164.506
10. JCP antecipado corrigido pela Selic	(54.642)	(71.001)
<b>11. Valor Complementar bruto do JCP de R\$1,5223401268 por ação (em 31.12.2017: JCP de R\$ 1,088478492 por ação) (item 7 - item 10)</b>	<b>131.487</b>	<b>94.013</b>
<b>12. Valor Complementar líquido de Imposto de Renda do JCP de R\$ 1,5176046033 por ação (em 31.12.2017: JCP de R\$ 1,085059693 por ação)</b>	<b>131.078</b>	<b>93.718</b>
13. Valor Bruto dos JCP do Exercício (item 7/item 6 = 25,0773%) (25,0781% em 31.12.2017)	186.129	165.014
14. Valor Líquido dos JCP do Exercício (item 9/item 6 = 25,0000%) (25,0000% em 31.12.2017)	185.555	164.506

### f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício e corresponde a R\$ 36.275 (R\$ 34.087 em 31.12.2017).

### g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos e importa em R\$ 556.090 (R\$ 492.988 em 31.12.2017).

### h) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	68.325 <sup>(1)</sup>	53.597 <sup>(1)</sup>
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(168.333) <sup>(1)</sup>	(359.033) <sup>(1)</sup>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial<sup>(1)</sup></b>	<b>(100.008)</b>	<b>(305.436)</b>

<sup>(1)</sup> líquido dos efeitos tributários

## Notas Explicativas

## NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2018	01.01. a 31.12.2018	01.01. a 31.12.2017
<b>a) Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>1.281.123</b>	<b>2.461.703</b>	<b>2.249.415</b>
Administração de Fundos de Investimentos	23.473	42.893	34.815
Administração de Fundos e Programas	961.763	1.884.914	1.790.085
Prestação de Serviços	295.887	533.896	424.515
<b>b) Rendas de Tarifas Bancárias</b>	<b>40.626</b>	<b>77.005</b>	<b>66.266</b>
<b>c) Despesas de Pessoal</b>	<b>(1.058.469)</b>	<b>(2.001.459)</b>	<b>(1.900.347)</b>
Proventos	(632.365)	(1.170.831)	(1.145.147)
Encargos Sociais	(201.880)	(399.247)	(391.742)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(56.778)	(107.544)	(103.724)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(72.984)	(145.977)	(91.893)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(8.076)	(13.577)	(9.716)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(86.386)	(164.283)	(158.125)
<b>d) Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(608.557)</b>	<b>(1.241.249)</b>	<b>(1.236.068)</b>
Processamento de Dados	(120.140)	(250.052)	(249.302)
Propaganda e Publicidade	(3.312)	(17.761)	(26.390)
Serviços de Terceiros <sup>(1)</sup>	(267.497)	(547.640)	(502.473)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(38.880)	(74.261)	(80.998)
Viagens	(9.154)	(17.449)	(14.624)
Comunicações	(12.311)	(25.274)	(31.493)
Depreciação e Amortização	(13.912)	(29.146)	(39.835)
Manutenção e Conservação de Bens	(25.591)	(49.247)	(50.022)
Vigilância, Segurança e Transporte	(45.617)	(91.495)	(90.105)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(5.979)	(10.566)	(10.198)
Serviços do Sistema Financeiro	(16.647)	(31.588)	(35.636)
Serviços Técnicos Especializados	(14.610)	(31.566)	(33.537)
Seguros	(1.297)	(2.207)	(1.941)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(17.374)	(38.130)	(42.399)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(926)	(1.789)	(2.065)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.792)	(5.770)	(6.035)
Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci)	(4.000)	(4.000)	(3.000)
Outros Valores	(8.518)	(13.308)	(16.015)
<b>e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)</b>	<b>(159.444)</b>	<b>(312.696)</b>	<b>(302.304)</b>
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(137.918)	(273.270)	(268.694)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(19.972)	(36.553)	(29.749)
Outros Valores	(1.554)	(2.873)	(3.861)
<b>f) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>940.730</b>	<b>1.888.307</b>	<b>1.914.125</b>
"Del credere" de Fundos Administrados	708.635	1.369.542	1.291.243
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	50.394	119.957	135.036
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	64.119	107.799	101.190
Variação Cambial Negativa Reclassif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	1.900	4.087	5.423
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	397	1.594	1.006
Recuperação de Encargos e Despesas	3.282	6.171	6.352
Reversão de Provisões Operacionais	12.607	18.263	82.425
Juros e Comissões	692	1.531	8.763
Correção Monetária	39	828	1.223
Resultado da Marcação a Mercado	-	-	6.965
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	84.150	236.192	216.282
Outros Valores	14.515	22.343	58.217
<b>g) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(456.201)</b>	<b>(1.163.581)</b>	<b>(1.268.644)</b>
Variação Cambial da Área de Câmbio	(837)	(2.504)	(2.053)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(64.676)	(132.643)	(142.348)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(111)	(127)	(44.146)
Descontos Concedidos em Renegociações	(8.727)	(30.367)	(60.863)
Encargos de Operações de Crédito	(1.352)	(3.524)	(15.095)
Riscos Fiscais	(1.991)	(4.304)	(4.791)
Riscos com Operações do FNE	(90.693)	(497.465)	(520.264)
Riscos com Operações do FDNE	(572)	(3.354)	(80)
Causas Trabalhistas	(22.454)	(48.367)	(25.496)
Causas Cíveis	(55.610)	(78.633)	(12.369)
Outras Causas	(1.806)	(3.626)	(26.658)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (IECP)	(112.030)	(173.481)	(193.014)
Atualização Monetária do IECP	-	(4.365)	(8.522)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(41.168)	(91.330)	(143.299)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(45.673)	(72.648)	(49.295)
Outros Valores	(8.501)	(16.843)	(20.351)
<b>Total</b>	<b>(20.192)</b>	<b>(291.970)</b>	<b>(477.557)</b>

<sup>(1)</sup> Contém despesas do 2º semestre de 2018 no valor de R\$ 224.599 e do exercício de 2018 no valor de R\$ 463.788 (R\$ 422.446 em 31.12.2017) referente aos serviços prestados pelo Instituto Nordeste Cidadania (INEC), substancialmente ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº9.790 de 23.03.1999.

## Notas Explicativas

### NOTA 21 – Impostos e Contribuições

#### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017 Reapresentado	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017 Reapresentado
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.246.795	1.162.515	1.246.795	1.162.515
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(47.208)	(42.976)	(47.208)	(42.976)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(186.129)	(165.014)	(186.129)	(165.014)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	<b>1.013.458</b>	<b>954.525</b>	<b>1.013.458</b>	<b>954.525</b>
Adições/Exclusões Permanentes	(28.488)	(12.311)	(29.752)	(12.267)
Adições/Exclusões Temporárias	(264.552)	(724.724)	(264.552)	(724.724)
Resultado Tributável	<b>720.418</b>	<b>217.490</b>	<b>719.154</b>	<b>217.534</b>
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(180.081)	(54.349)	(143.831)	(43.507)
Deduções (Incentivos Fiscais)	13.500	5.302	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	80	(303)	64	(242)
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(166.501)	(49.350)	(143.767)	(43.749)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(33.176)	(12.360)	(17.376)	(5.995)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	<b>(199.677)</b>	<b>(61.710)</b>	<b>(161.143)</b>	<b>(49.744)</b>
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	(42.699)	(146.371)	(70.565)	(145.329)
Total de IRPJ/CSLL	<b>(242.376)</b>	<b>(208.081)</b>	<b>(231.708)</b>	<b>(195.073)</b>
Alíquota Efetiva (%)	23,92	21,80	22,86	20,44
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	166.501	49.350	143.767	43.749
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	80	(303)	64	(242)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	166.581	49.047	143.831	43.507
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(212.422)	(31.406)	(134.040)	(28.154)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	(45.841)	17.641	9.791	15.353

#### b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>	<b>1.246.795</b>	<b>1.162.515</b>
<b>Encargo total de 45% - IRPJ (25%) e CSLL (20%)</b>	<b>(561.058)</b>	<b>(523.132)</b>
<b>Demonstrativo de Carga Tributária:</b>		
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>(474.084)</b>	<b>(403.154)</b>
<b>Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:</b>	<b>(86.974)</b>	<b>(119.978)</b>
PLR/JCP	(105.002)	(93.596)
Outras Rendas / FNE/Del Credere/Operações Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(20.648)	(13.621)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	(202)	(311)
Diferenças Temporárias sobre Provisões Atuariais	36.558	703
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	17.730	(27.983)
Recuperação da MP-517 - receitas renegociadas mas não recebidas	(8.673)	(3.794)
Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%)	(606)	15.294
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(6.131)	3.330
<b>Total da Carga Tributária Conciliada</b>	<b>(561.058)</b>	<b>(523.132)</b>

#### c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), Provisões para Benefícios Pós-Emprego, Rendas a apropriar (RAP), Provisão do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) e Provisões Contingenciais (Trabalhista, Cível, Fiscal e Outras Causas) - são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do



**Notas Explicativas**

CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	31.12.2018		31.12.2017 Reapresentado		31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	802.220	526.293	939.423	655.350	1.328.513	1.594.773
Constituição	247.077	148.260	37.278	22.755	395.337	60.033
Realização/Reversão	(338.267)	(247.921)	(174.481)	(151.812)	(586.188)	(326.293)
Saldo Final (Nota 10.d)	711.030	426.632	802.220	526.293	1.137.662	1.328.513
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	2.708	1.753	-	-	4.461	-
Realização/Reversão	(607)	(492)	-	-	(1.099)	-
Saldo Final	2.101	1.261	-	-	3.362	-
c) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	257.640	154.584	254.124	152.474	412.224	406.598
Constituição	14.480	8.689	98.264	58.959	23.169	157.223
Realização/Reversão	(2.724)	(1.635)	(94.748)	(56.849)	(4.359)	(151.597)
Saldo Final (Notas 3 e10.d)	269.396	161.638	257.640	154.584	431.034	412.224
d) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	14.667	8.800	-	-	23.467	-
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	14.667	8.800	-	-	23.467	-
e)Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	81.083	48.650	100.995	60.597	129.733	161.592
Constituição	44.261	26.556	37.599	22.560	70.817	60.159
Realização/Reversão	(26.563)	(15.938)	(57.511)	(34.507)	(42.501)	(92.018)
Saldo Final	98.781	59.268	81.083	48.650	158.049	129.733
f) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	16.906	10.143	27	16	27.049	43
Realização/Reversão	(11.508)	(6.904)	(27)	(16)	(18.412)	(43)
Saldo Final (Nota 7.c)	5.398	3.239	-	-	8.637	-
g) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	3.128	1.877	2.632	1.579	5.005	4.211
Constituição	7.141	4.284	7.039	4.223	11.425	11.262
Realização/Reversão	(10.269)	(6.161)	(6.543)	(3.926)	(16.430)	(10.469)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	-	-	3.128	1.876	-	5.004
Efeito no Patrimônio Líquido						
h) TVM						
Saldo Inicial	164.744	105.550	174.065	110.746	270.294	284.811
Constituição	115.601	69.017	101.904	70.083	184.618	171.987
Realização/Reversão	(106.890)	(68.558)	(111.225)	(75.279)	(175.448)	(186.504)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	173.455	106.009	164.744	105.550	279.464	270.294
i) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	217.365	130.420	67.768	40.661	347.785	108.429
Constituição	117.019	70.212	149.597	89.759	187.231	239.356
Realização/Reversão	(46.881)	(28.129)	-	-	(75.010)	-
Saldo Final (Nota 10.d)	287.503	172.503	217.365	130.420	460.006	347.785

## Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado	31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado
1. Total das Diferenças Temporárias	6.680.096	6.244.779	6.680.096	6.244.779
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.670.024	1.561.195	1.003.950	1.222.085
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.383.478	1.358.308	830.102	859.947
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	178.853	167.872	109.248	107.426
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) <sup>(1)</sup>	1.562.331	1.526.180	939.350	967.373
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) <sup>(2)</sup>	107.693	35.015	64.600	254.712

<sup>(1)</sup> Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

<sup>(2)</sup> Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD, na posição de 31.12.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	7,17	277.648	259.072	166.589	155.443	444.237	414.515
2020	7,94	89.663	77.510	53.798	46.506	143.461	124.016
2021	8,00	56.623	45.322	33.974	27.193	90.597	72.515
2022	7,94	57.602	42.714	34.561	25.629	92.163	68.343
2023	7,98	133.702	91.819	80.221	55.091	213.923	146.910
2024	7,98	25.360	16.129	15.216	9.677	40.576	25.806
2025	7,98	22.351	13.165	13.411	7.899	35.762	21.064
2026	7,98	19.977	10.897	11.986	6.538	31.963	17.435
2027	7,98	15.233	7.695	9.139	4.617	24.372	12.312
2028	7,98	12.871	6.021	7.737	3.620	20.608	9.641
<b>Total</b>		<b>711.030</b>	<b>570.344</b>	<b>426.632</b>	<b>342.313</b>	<b>1.137.662</b>	<b>912.557</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2018.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Rendimentos Apropriados, na posição de 31.12.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	7,17	230	214	138	129	368	343
2020	7,94	506	438	304	263	810	701
2021	8,00	814	652	488	391	1.302	1.043
2022	7,94	398	295	238	177	636	472
2023	7,98	153	105	93	63	246	168
<b>Total</b>		<b>2.101</b>	<b>1.704</b>	<b>1.261</b>	<b>1.023</b>	<b>3.362</b>	<b>2.727</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2018.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Atuariais, na posição de 31.12.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	30.311	30.311	18.187	18.187	48.498	48.498
2020	29.630	29.630	17.778	17.778	47.408	47.408
2021	28.847	28.847	17.308	17.308	46.155	46.155
2022	28.128	28.128	16.877	16.877	45.005	45.005
2023	27.386	27.386	16.431	16.431	43.817	43.817
2024	26.603	26.603	15.962	15.962	42.565	42.565
2025	25.813	25.813	15.488	15.488	41.301	41.301
2026	25.009	25.009	15.006	15.006	40.015	40.015
2027	24.191	24.191	14.515	14.515	38.706	38.706
2028	23.478	23.478	14.086	14.086	37.564	37.564
Acima de 2028	287.503	287.503	172.503	172.503	460.006	460.006
<b>Total</b>	<b>556.899</b>	<b>556.899</b>	<b>334.141</b>	<b>334.141</b>	<b>891.040</b>	<b>891.040</b>



## Notas Explicativas

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisão para o Programa de Incentivo ao Desligamento - PID, na posição de 31.12.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	14.667	14.667	8.800	8.800	23.467	23.467
<b>Total</b>	<b>14.667</b>	<b>14.667</b>	<b>8.800</b>	<b>8.800</b>	<b>23.467</b>	<b>23.467</b>

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Contingenciais (Trabalhista, Cível, Fiscal e Outras Causas), na posição de 31.12.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	4.506	4.506	2.704	2.704	7.210	7.210
2020	19.706	19.706	11.823	11.823	31.529	31.529
2021	7.687	7.687	4.612	4.612	12.299	12.299
2022	28.946	28.946	17.367	17.367	46.313	46.313
2023	7.870	7.870	4.722	4.722	12.592	12.592
2024	14.727	14.727	8.836	8.836	23.563	23.563
2025	3.835	3.835	2.301	2.301	6.136	6.136
2026	3.835	3.835	2.301	2.301	6.136	6.136
2027	3.835	3.835	2.301	2.301	6.136	6.136
2028	3.834	3.834	2.301	2.301	6.135	6.135
<b>Total</b>	<b>98.781</b>	<b>98.781</b>	<b>59.268</b>	<b>59.268</b>	<b>158.049</b>	<b>158.049</b>

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, dos instrumentos financeiros derivativos e de item objeto de hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen n°s 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	38.243	38.243	24.882	24.882	63.125	63.125
2020	272	272	163	163	435	435
2021	158	158	95	95	253	253
2022	13.871	13.871	8.322	8.322	22.193	22.193
2023	207	207	124	124	331	331
2024	348	348	209	209	557	557
2025	172	172	103	103	275	275
Acima de 2028	125.582	125.582	75.350	75.350	200.932	200.932
<b>Total</b>	<b>178.853</b>	<b>178.853</b>	<b>109.248</b>	<b>109.248</b>	<b>288.101</b>	<b>288.101</b>

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2018 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>
2019	365.605	347.014	221.300	210.145	586.905	557.159
2020	139.777	127.556	83.866	76.533	223.643	204.089
2021	94.129	82.666	56.477	49.599	150.606	132.265
2022	128.944	113.954	77.366	68.373	206.310	182.327
2023	169.318	127.387	101.590	76.431	270.908	203.818
2024	67.038	57.807	40.223	34.684	107.261	92.491
2025	52.171	42.985	31.303	25.791	83.474	68.776
2026	48.822	39.741	29.293	23.845	78.115	63.586
2027	43.259	35.721	25.955	21.433	69.214	57.154
2028	40.183	33.334	24.124	20.008	64.307	53.342
Acima de 2028	413.085	413.085	247.853	247.853	660.938	660.938
<b>Total</b>	<b>1.562.331</b>	<b>1.421.250</b>	<b>939.350</b>	<b>854.695</b>	<b>2.501.681</b>	<b>2.275.945</b>

<sup>(1)</sup>Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2018.

## Notas Explicativas

## d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2018		31.12.2017		31.12.2018	31.12.2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	3.155	1.893	2.661	1.597	5.048	4.258
Constituição	7.217	4.330	6.983	4.190	11.547	11.173
Realização/Reversão	(10.372)	(6.223)	(6.489)	(3.894)	(16.595)	(10.383)
Saldo Final (Notas 7.c e 16.d)	-	-	3.155	1.893	-	5.048
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	80	64	1.281	1.024	144	2.305
Constituição	-	-	25	20	-	45
Realização/Reversão	(80)	(64)	(1.226)	(980)	(144)	(2.206)
Saldo Final (Nota 16.d)	-	-	80	64	-	144
c) Decorrentes de Créditos Recuperados <sup>(1)</sup>						
Saldo Inicial	73.219	46.460	61.352	40.761	119.679	102.113
Constituição	31.288	17.649	12.288	6.903	48.937	19.191
Realização/Reversão	(572)	(1.750)	(421)	(1.204)	(2.322)	(1.625)
Saldo Final (Nota 16.d)	103.935	62.359	73.219	46.460	166.294	119.679
d) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	17.197	10.318	-	-	27.515	-
Realização/Reversão	(11.582)	(6.949)	-	-	(18.531)	-
Saldo Final (Notas 7.c.1 e16.d)	5.615	3.369	-	-	8.984	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) TVM						
Saldo Inicial	24.848	15.139	12.311	8.359	39.987	20.670
Constituição	218.603	132.348	261.377	157.598	350.951	418.975
Realização/Reversão	(179.295)	(108.422)	(248.840)	(150.818)	(287.717)	(399.658)
Saldo Final (Notas 7.a.1 e 16.d)	64.156	39.065	24.848	15.139	103.221	39.987

<sup>(1)</sup>Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Item Objeto de Hedge pelo valor presente serão baixadas de acordo com cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	8.472	8.472	5.655	5.655	14.127	14.127
2022	351	351	210	210	561	561
2023	3.098	3.098	1.859	1.859	4.957	4.957
2024	244	244	146	146	390	390
2025	9	9	6	6	15	15
Acima de 2028	57.597	57.597	34.558	34.558	92.155	92.155
<b>Total</b>	<b>69.771</b>	<b>69.771</b>	<b>42.434</b>	<b>42.434</b>	<b>112.205</b>	<b>112.205</b>

O cronograma de realização das provisões, apuradas pelo valor presente, sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430/96 será realizado de acordo com o reembolso pactuado nas renegociações. O cronograma de realização na posição 31.12.2018, segue abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média <sup>(1)</sup>	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	7,17	17.864	16.669	10.718	10.001	28.582	26.670
2020	7,94	16.741	14.472	10.045	8.683	26.786	23.155
2021	8,00	16.907	13.533	10.144	8.120	27.051	21.653
2022	7,94	14.847	11.010	8.908	6.606	23.755	17.616
2023	7,98	12.233	8.401	7.340	5.040	19.573	13.441
2024	7,98	9.538	6.066	5.723	3.640	15.261	9.706
2025	7,98	5.161	3.040	3.097	1.824	8.258	4.864
2026	7,98	2.293	1.251	1.376	751	3.669	2.002
2027	7,98	1.662	839	997	504	2.659	1.343
2028	7,98	1.324	619	794	372	2.118	991
Acima de 2028	7,98	5.365	2.324	3.217	1.394	8.582	3.718
<b>Total</b>		<b>103.935</b>	<b>78.224</b>	<b>62.359</b>	<b>46.935</b>	<b>166.294</b>	<b>125.159</b>

<sup>(1)</sup>Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2018.

## Notas Explicativas

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 31.12.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>
2019	26.336	25.141	16.373	15.656	42.709	40.797
2020	16.741	14.472	10.045	8.683	26.786	23.155
2021	16.907	13.533	10.144	8.120	27.051	21.653
2022	15.198	11.361	9.118	6.816	24.316	18.177
2023	15.331	11.499	9.199	6.899	24.530	18.398
2024	9.782	6.310	5.869	3.786	15.651	10.096
2025	5.170	3.049	3.103	1.830	8.273	4.879
2026	2.293	1.251	1.376	751	3.669	2.002
2027	1.662	839	997	504	2.659	1.343
2028	1.324	619	794	372	2.118	991
Acima de 2028	62.962	59.921	37.775	35.952	100.737	95.873
<b>Total</b>	<b>173.706</b>	<b>147.995</b>	<b>104.793</b>	<b>89.369</b>	<b>278.499</b>	<b>237.364</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2018.

### e) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(137.918)	(273.270)	(268.694)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(19.972)	(36.553)	(29.749)
Outros Valores	(1.554)	(2.873)	(3.861)
<b>Total (Nota 20.e)</b>	<b>(159.444)</b>	<b>(312.696)</b>	<b>(302.304)</b>

### NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
<b>a) Provisão para Contingências</b>				
<b>a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)</b>	<b>3.211.433</b>	<b>15.769</b>	<b>2.180.185</b>	<b>13.328</b>
i) Obrigação Legal	2.022	2.022	1.910	1.910
ii) Outras Obrigações-Diversas	<b>3.209.411</b>	<b>13.747</b>	<b>2.178.275</b>	<b>11.418</b>
Provável	13.747	13.747	11.418	11.418
Possível	3.048.220	-	2.028.355	-
Remota <sup>(1)</sup>	147.444	-	138.502	-
<b>a.2) Trabalhistas</b>	<b>482.297</b>	<b>206.531</b>	<b>468.951</b>	<b>169.253</b>
Provável (Nota 22 f.1.ii)	206.531	206.531	169.253	169.253
Possível	153.255	-	153.668	-
Remota	122.511	-	146.030	-
<b>a.3) Causas Cíveis</b>	<b>6.593.396</b>	<b>146.964</b>	<b>6.283.743</b>	<b>116.349</b>
Provável (Nota 22 f.1.iii)	146.964	146.964	116.349	116.349
Possível	938.909	-	1.151.253	-
Remota <sup>(2)</sup>	5.507.523	-	5.016.141	-
<b>a.4) Outras Contingências (Nota 22 f.1.iv)</b>	<b>946.799</b>	<b>32.466</b>	<b>843.789</b>	<b>33.154</b>
i) Operações Securitizadas <sup>(3)</sup>	<b>5.620</b>	<b>5.620</b>	<b>6.729</b>	<b>6.729</b>
ii) Outras	<b>941.179</b>	<b>26.846</b>	<b>837.060</b>	<b>26.425</b>
Provável	26.846	26.846	26.425	26.425
Possível	16.964	-	14.502	-
Remota	897.370	-	796.133	-

<sup>(1)</sup> O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 123.534, na posição de 31.12.2018 (R\$ 115.980 em 31.12.2017).

<sup>(2)</sup> O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.023.399, na posição de 31.12.2018. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.008.363 em 31.12.2018 (R\$ 1.721.681 em 31.12.2017); ii) pagamento de multa, por inclusão indevida em sistema de restrição cadastral R\$ 433.764 em 31.12.2018. (R\$ 371.847, em 31.12.2017); iii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 343.796 em 31.12.2018 (R\$ 294.721 em 31.12.2017, sendo: R\$ 245.601 - risco possível e R\$ 49.120 - risco remoto); iv) repetição de indébito, indenização por danos morais e lucros cessantes, R\$ 237.476 em 31.12.2018 (R\$ 203.578 em 31.12.2017).

<sup>(3)</sup> Referem-se ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, que se encontram registradas em contas de compensação.

## Notas Explicativas

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídico Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos federais e municipais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

### Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.793.275 na data base de 31.12.2018 (R\$ 1.808.128 em 31.12.2017).

### Cível

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2018, R\$ 142.070 (R\$ 121.791 em 31.12.2017).

Ação que visa indenização por danos materiais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2018, R\$ 68.509 (R\$ 1.477 em 31.12.2017).

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2018, R\$ 45.337 (R\$ 47.839 em 31.12.2017).

Ação que visa indenização por danos morais e materiais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2018, R\$ 44.652 (R\$ 38.278 em 31.12.2017).

Ação que visa restituição de pagamento. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2018, R\$ 42.062 (R\$ 68.516 em 31.12.2017).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2018, R\$ 55.438 (R\$ 57.835 em 31.12.2017).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	85.759	88.073
Demandas Fiscais	134.917	129.832
Demandas Cíveis	77.490	69.904
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>298.166</b>	<b>287.809</b>

<sup>(1)</sup> Atualização Monetária dos saldos de depósitos judiciais importaram em R\$ 12.716 (R\$ 39.657 em 31.12.2017).

## Movimentação das Provisões

### f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.12.2018					31.12.2017				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Notas 16.1e 22.a.1)	13.328	4.967	(922)	(1.604)	15.769	64.090	7.327	(56.736)	(1.353)	13.328
ii) Trabalhistas (Notas 16.1 e 22.a.2)	169.253	62.968	(15.118)	(10.571)	206.531	172.866	43.485	(26.488)	(20.610)	169.253
iii) Cíveis (Notas 16.1 e 22.a.3)	116.349	104.816	(26.183)	(48.017)	146.964	166.126	74.908	(64.159)	(60.526)	116.349
iv) Outras (Notas 16.1, 22.a.4)	33.154	4.970	(2.904)	(2.754)	32.466	899	37.493	(5.236)	(2)	33.154

## Notas Explicativas

### f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12.2018				31.12.2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/Baixa	Saldo Final
i) FNE (Notas 9.f e 16.i)	3.083.952	1.710.768	(1.805.013)	2.989.707	3.229.308	1.970.123	(2.115.479)	3.083.952
ii) FDNE (Notas 9.f e 16.i)	636	586	-	1.222	604	608	(576)	636
iii) Proagro (Notas 9.f e 16.i)	-	7	-	7	1.088	9	(1.097)	-

### NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

#### a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	31.12.2018	31.12.2017
Máxima	42.780,80	40.492,52
Mínima	1.756,24	1.643,01
Média	11.237,39	10.590,05

<sup>(1)</sup> Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

#### b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual <sup>(2)</sup>	1.161.181,45	843.352,57	74.649,19	50.452,50	71.181,23	61.804,30
Menor remuneração individual <sup>(3)</sup>	910.014,59	428.190,44	58.107,18	50.452,50	57.144,55	50.452,50
Remuneração média individual <sup>(4)</sup>	1.031.236,64	826.239,35	56.045,14	52.608,04	59.613,92	54.536,09
Número de membros <sup>(5)</sup>	6,67	6,92	6,08	6,28	5,42	5,08

<sup>(1)</sup> Valores aprovados na 64ª reunião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24.03.2017.

<sup>(2)</sup> Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

<sup>(3)</sup> Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

<sup>(4)</sup> Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

<sup>(5)</sup> O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.12.2018, o número de funcionários do Banco totalizava 7.005 (6.925 em 31.12.2017), registrando-se um aumento de 1,16% no quadro de pessoal.

### NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 46.532 (R\$ 41.253 em 31.12.2017), composta pelo equivalente a 6,41% do lucro líquido do exercício (6,05% em 31.12.2017) e 25% (25% em 31.12.2017) dos dividendos/juros sobre o capital próprio do exercício.

A despesa de PLR, do exercício, importa em R\$ 47.208 (R\$ 42.976 em 31.12.2017), sendo R\$ 46.532 (R\$ 41.253 em 31.12.2017) referente aos Empregados e R\$ 676 (R\$ 1.723 em 31.12.2017) aos Administradores. Os valores pagos de PLR aos Empregados importaram em R\$ 37.329 (R\$ 47.567 em 31.12.2017) e aos administradores R\$ 1.603 (R\$ 1.009 em 31.12.2017).

### NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

#### a) Descrição dos Planos de Benefícios

##### a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

## Notas Explicativas

### a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

### a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

### a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

### a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.



## Notas Explicativas

### a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O corpo social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe a Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos

### a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

### b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2018, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

### c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.12.2018, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2017, 1:1).

### d) Exposição ao risco

Por meio de seus planos de benefícios pós-emprego, o Banco está exposto a uma série de riscos, principalmente, aos seguintes:



**Notas Explicativas**

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco do custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuarias não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	É a possibilidade de ocorrer desequilíbrio entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios, podendo acarretar contribuições adicionais do Banco.

**e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego**

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.493	5.247	6.594	4.987
Assistidos (Aposentados válidos)	3.548	188	3.799	3.506
Assistidos (Aposentados inválidos)	171	3	-	-
Assistidos (Pensionistas)	1.184	39	1.203	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.396</b>	<b>5.477</b>	<b>11.596</b>	<b>8.493</b>

**f) Premissas utilizadas****f.1) Premissas Demográficas**

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef, embasadas em estudos estatísticos, de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

Especificação	Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	
	31.12.2018	31.12.2017
<b>Tábuas de Mortalidade</b>		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%
Inválidos	RP2000 Disable F	RP2000 Disable F
<b>Tábua de Entrada em Invalidez</b>	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

## Notas Explicativas

Especificação	Plano CV I (Capef) e Seguro de Vida	
	31.12.2018	31.12.2017
<b>Tábuas de Mortalidade</b>		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Invalídos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)
<b>Tábua de Entrada em Invalidez</b>	Muller (suavizada em 85%)	Muller (suavizada em 85%)

### f.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,00	9,71	9,17	9,76
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	4,80	5,38	4,98	5,43
Taxa média de inflação anual	4,00	4,11	4,00	4,11
Taxa nominal de crescimento salarial	5,04 <sup>(1)</sup>	5,15 <sup>(1)</sup>	-	4,11 <sup>(2)</sup>
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	4,00	4,11	4,00	4,11

<sup>(1)</sup> Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

<sup>(2)</sup> Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e em hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,17	9,71	9,17	9,76
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	4,98	5,38	4,98	5,42
Taxa média de inflação anual	4,00	4,11	4,00	4,11
Taxa nominal de crescimento salarial	4,00	5,15	4,00	5,15 <sup>(1)</sup>
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios <sup>(2)</sup>	2,74 <sup>(1)</sup>	-	4,00 <sup>(2)</sup>	5,15 <sup>(2)</sup>
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento ( <i>Aging Factor</i> )	3,70	3,17	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,74 <sup>(1)</sup>	2,60 <sup>(1)</sup>	Não se aplica	Não se aplica

<sup>(1)</sup> Na posição de 31.12.2018, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 2,74%, acima do *aging factor* e da inflação geral de preços, e decresce gradualmente em 5 (cinco) anos, a partir de 2019, permanecendo a partir do 6º (sexto) ano em 1% a.a. Na posição de 31.12.2017, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 9 (nove) anos. A taxa encontrada foi de 2,60%, acima do *aging factor* e da inflação geral de preços, e decresce gradualmente em 6 (seis) anos, a partir de 2018, permanecendo a partir do 7º (sétimo) ano em 1% a.a.

<sup>(2)</sup> No seguro de vida em grupo trata-se da projeção de aumento do capital segurado.

**f.3)** A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

**f.4)** É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

**f.5)** A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº 4.424, do CMN. Na posição de 31.12.2018, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD: 8,19 anos (12,91 anos em 31.12.2017), para o plano Capef CV I: 24,13 anos (21,01 anos em 31.12.2017), para o plano Natural: 23,09 anos (12,91 anos em 31.12.2017) e para o Seguro de Vida: 17,93 anos (18,34 anos em 31.12.2017).

### g) Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 31.12.2018, os planos administrados pela Capef e Camed e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

## Notas Explicativas

### g.1) Planos de Previdência Privada

**g.1.1) Plano BD:** o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 4.545.981 (R\$ 4.161.598 em 31.12.2017) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.939.911 (R\$ 3.750.382 em 31.12.2017), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 606.070 (R\$ 411.216 em 31.12.2017). A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 3.711.503 (R\$ 3.452.221 em 31.12.2017) e aos participantes ativos é de R\$ 834.478 (R\$ 709.377 em 31.12.2017);

**g.1.2) Plano CV I:** para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 14.538 (R\$ 21.807 em 31.12.2017) é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 54.740 (R\$ 44.629 em 31.12.2017), resultando em um superávit de R\$ 40.202 (R\$ 22.822 em 31.12.2017), que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

**g.2) Plano de Assistência Médica:** o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 1.621.151 (R\$ 1.470.786 em 31.12.2017) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 146.781 (R\$ 116.548 em 31.12.2017), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 1.474.370 (R\$ 1.354.238 em 31.12.2017). A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 1.151.076 (R\$ 1.041.680 em 31.12.2017) e aos participantes ativos é de R\$ 470.075 (R\$ 429.106 em 31.12.2017).

**g.3) Seguro de vida em grupo:** o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 147.161 (R\$ 134.567 em 31.12.2017), inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 128.194 (R\$ 125.919 em 31.12.2017) e aos participantes ativos é de R\$ 40.797 (R\$ 39.698 em 31.12.2017), desse total ainda é descontado o subsídio cruzado no valor de R\$ 21.830 (R\$ 31.050 em 31.12.2017).

### h) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(4.161.598)	(3.870.805)	(21.807)	(12.024)
2. Custo dos Juros	(390.990)	(397.366)	(2.034)	(1.274)
3. Custo do Serviço Corrente	(8.562)	(8.474)	(463)	(188)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	429.021	412.521	470	447
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(80.348)	(76.868)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(270)	(955)
<b>7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais</b>	<b>(333.504)</b>	<b>(220.606)</b>	<b>9.566</b>	<b>(7.813)</b>
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	73.739	(2.656)	10.310	(6.135)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	(88.928)	-	(1.008)
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(403.707)	(129.022)	(871)	(670)
7.4. Decorrentes do PID	(3.536)	-	127	-
<b>8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício</b>	<b>(4.545.981)</b>	<b>(4.161.598)</b>	<b>(14.538)</b>	<b>(21.807)</b>

## Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(1.470.786)	(923.372)	(134.567)	(116.899)
2. Custo dos Juros	(139.767)	(95.400)	(12.760)	(12.198)
3. Custo do Serviço Corrente	(18.463)	(8.339)	(1.214)	(1.072)
4. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(1)</sup>	87.091	88.835	7.923	11.095
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(24.173)	(18.324)	(3.156)	(3.089)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	11.544	11.839	-	-
<b>7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais</b>	<b>(66.597)</b>	<b>(526.025)</b>	<b>(3.387)</b>	<b>(12.404)</b>
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	167.801	(194.259)	8.366	(1.207)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	(116.336)	-	(2.866)
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(231.162)	(73.678)	(11.795)	(8.331)
7.4. Decorrentes de Alterações de Premissas Demográficas	-	(5.431)	-	-
7.5. Decorrentes de Ajuste na Metodologia da Desp. Administrativa	-	(76.161)	-	-
7.6. Decorrentes de Ajuste na Metodologia de Coparticipação	-	(142.190)	-	-
7.7. Decorrentes de Elevação de fontes de custeio	-	82.030	-	-
7.8. Decorrentes do PID	(3.236)	-	42	-
<b>8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício</b>	<b>(1.621.151)</b>	<b>(1.470.786)</b>	<b>(147.161)</b>	<b>(134.567)</b>

<sup>(1)</sup> Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

## i) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	3.750.382	3.507.687	44.629	29.299
2. Receita de Juros	355.214	362.783	4.410	3.316
3. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	80.549	77.321	1.422	1.550
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	212	407	1.429	1.556
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	80.348	76.868	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	270	955
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(429.021)	(412.521)	(470)	(447)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano <sup>(2)</sup>	102.227	137.837	3.050	8.399
<b>9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício</b>	<b>3.939.911</b>	<b>3.750.382</b>	<b>54.740</b>	<b>44.629</b>

<sup>(1)</sup> Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

<sup>(2)</sup> Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	116.548	115.822	-	-
2. Receita de Juros	11.545	11.131	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	74.332	50.644	4.377	4.458
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador <sup>(4)</sup>	(5.321)	(5.178)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	662	669	390	3.548
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	24.173	18.324	3.156	3.089
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(11.544)	(11.839)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(2)</sup>	(87.091)	(88.835)	(7.923)	(11.095)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano <sup>(3)</sup>	23.477	25.810	-	-
<b>10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício</b>	<b>146.781</b>	<b>116.548</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

<sup>(2)</sup> Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

<sup>(3)</sup> Exceto receita de juros; e

<sup>(4)</sup> Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco, da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 443.

**Notas Explicativas****j) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo**

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	31.12.2018	31.12.2017
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Exercício	(22.822)	(17.275)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(2.376)	(2.042)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(15.004)	(3.504)
<b>4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Exercício</b>	<b>(40.202)</b>	<b>(22.822)</b>

**k) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(4.545.981)	(4.161.598)	(14.538)	(21.807)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.939.911	3.750.382	54.740	44.629
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(606.070)	(411.216)	40.202	22.822
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Exercício	-	-	(40.202)	(22.822)
<b>5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Exercício (Nota 16.i)</b>	<b>(606.070)</b>	<b>(411.216)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(1.621.151)	(1.470.786)	(147.161)	(134.567)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	146.781	116.548	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.474.370)	(1.354.238)	(147.161)	(134.567)
<b>4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Exercício (Nota 16.i)</b>	<b>(1.474.370)</b>	<b>(1.354.238)</b>	<b>(147.161)</b>	<b>(134.567)</b>

**l) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício**

Especificação	Capef					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
<b>1. Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>(4.188)</b>	<b>(8.350)</b>	<b>(8.067)</b>	<b>530</b>	<b>966</b>	<b>1.368</b>
1.1. Custo do Serviço	(4.281)	(8.562)	(8.474)	(231)	(463)	(188)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	93	212	407	761	1.429	1.556
<b>2. Juros Líquidos</b>	<b>(17.888)</b>	<b>(35.776)</b>	<b>(34.583)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.1. Custo dos Juros	(195.495)	(390.990)	(397.366)	(1.017)	(2.034)	(1.274)
2.2. Receita de Juros	177.607	355.214	362.783	2.205	4.410	3.316
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	-	(1.188)	(2.376)	(2.042)
<b>3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)</b>	<b>(22.076)</b>	<b>(44.126)</b>	<b>(42.650)<sup>(1)</sup></b>	<b>530<sup>(2)</sup></b>	<b>966<sup>(2)</sup></b>	<b>1.368<sup>(2)</sup></b>

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, Plano BD: 01.01 a 31.12.2017: R\$ 7.

<sup>(2)</sup> Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed			Seguro de Vida		
	Plano Natural					
	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
<b>1. Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>(8.899)</b>	<b>(17.801)</b>	<b>(7.670)</b>	<b>(1.699)</b>	<b>(824)</b>	<b>2.476</b>
1.1. Custo do Serviço	(9.232)	(18.463)	(8.339)	(607)	(1.214)	(1.072)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	333	662	669	(1.092)	390	3.548
<b>2. Juros Líquidos</b>	<b>(64.110)</b>	<b>(128.222)</b>	<b>(84.269)</b>	<b>(6.380)</b>	<b>(12.760)</b>	<b>(12.198)</b>
2.1. Custo dos Juros	(69.883)	(139.767)	(95.400)	(6.380)	(12.760)	(12.198)
2.2. Receita de Juros	5.773	11.545	11.131	-	-	-
<b>3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)<sup>(1)</sup></b>	<b>(73.009)</b>	<b>(146.023)</b>	<b>(91.939)</b>	<b>(8.079)</b>	<b>(13.584)</b>	<b>(9.722)</b>

## Notas Explicativas

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 2º Sem/2018: R\$ 25; 01.01.a 31.12.2018: R\$ 46; 01.01 a 31.12.2017: R\$ 46; e Seguro de Vida: 2º Sem/2018: R\$ 3; 01.01.a 31.12.2018: R\$ 7; 01.01 a 31.12.2017: R\$ 7.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
1. Contribuições (Parte CD) <sup>(1)</sup>	(31.074)	(56.669)	(54.609)

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 2º Sem/2018 – R\$ 123; 01.01 a 31.12.2018 – R\$ 250; e 01.01 a 31.12.2017 – R\$ 260.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo.

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
1. Despesas Administrativas	(3.752)	(6.999)	(6.724)

### m) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas atuariais mais relevantes foram as decorrentes de premissas financeiras, em 31.12.2018, que dizem respeito às quedas nas taxas reais de desconto em relação à 31.12.2017, que passaram de 5,38% (31.12.2017) para 4,80% (31.12.2018) no plano BD, de 5,43% (31.12.2017) para 4,98% (31.12.2018) no plano CV I, de 5,38% (31.12.2017) para 4,98% (31.12.2018) no plano Natural, e de 5,43% (31.12.2017) para 4,98% (31.12.2018) no Seguro de Vida em Grupo. Além disso, houve uma elevação da inflação médica que passou de 2,59% (31.12.2017) para 2,74% (31.12.2018).

Neste exercício foram registradas também perdas decorrentes do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), oferecido pelo Banco a seus funcionários, que teve por consequência a redução da premissa de postergação da data de aposentadoria prevista originalmente, antecipando o pagamento dos benefícios.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	102.227	137.837	3.050	8.399
<b>2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação</b>	<b>(333.504)</b>	<b>(220.606)</b>	<b>9.566</b>	<b>(7.813)</b>
2.1. Ajustes de Experiência	73.739	(2.656)	10.310	(6.135)
2.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	(88.928)	-	(1.008)
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(403.707)	(129.022)	(871)	(670)
2.4. Decorrentes do PID	(3.536)	-	127	-
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(15.004)	(3.504)
<b>4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Exercício (item 1 + item 2 + item 3) <sup>(1)</sup></b>	<b>(231.277)</b>	<b>(82.769)</b>	<b>(2.388)</b>	<b>(2.918)</b>

<sup>(1)</sup> Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2018 R\$ 57; 01.01 a 31.12.2017: (R\$ 8) e plano CV I: 01.01 a 31.12.2018: (R\$ 419); 01.01 a 31.12.2017: (R\$ 130).

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	23.477	25.810	-	-
<b>2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação</b>	<b>(66.597)</b>	<b>(526.025)</b>	<b>(3.387)</b>	<b>(12.404)</b>
2.1. Ajustes de Experiência	167.801	(194.259)	8.366	(1.207)
2.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	(116.336)	-	(2.866)
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(231.162)	(73.678)	(11.795)	(8.331)
2.4. Alterações de Premissas Demográficas	-	(5.431)	-	-
2.5. Alterações de Ajuste na Metodologia da Desp. Adm.	-	(76.161)	-	-
2.6. Alterações de Ajuste na Metodologia da Coparticipação	-	(142.190)	-	-
2.7. Decorrentes de Elevação das Fontes de Custeio	-	82.030	-	-
2.8. Decorrentes do PID	(3.236)	-	42	-
<b>3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Exercício (item 1 + item 2) <sup>(1)</sup></b>	<b>(43.120)</b>	<b>(500.215)</b>	<b>(3.387)</b>	<b>(12.404)</b>

<sup>(1)</sup> Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial Natural: 01.01 a 31.12.2018: (R\$ 20); 01.01 a 31.12.2017: R\$ 38; e do Seguro de Vida em grupo: 01.01 a 31.12.2017: R\$ 18.



## Notas Explicativas

### n) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Exercício

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Exercício	(411.216)	(363.118)	-	-
2. Contribuições do Empregador	80.549	77.321	1.422	1.550
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(44.126)	(42.650)	966	1.368
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(231.277)	(82.769)	(2.388)	(2.918)
<b>5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Exercício (Nota 16.i)</b>	<b>(606.070)</b>	<b>(411.216)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Exercício	(1.354.238)	(807.550)	(134.567)	(116.899)
2. Contribuições do Empregador	74.332	50.644	4.377	4.458
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(5.321)	(5.178)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(146.023)	(91.939)	(13.584)	(9.722)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(43.120)	(500.215)	(3.387)	(12.404)
<b>6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Exercício (Nota 16.i)</b>	<b>(1.474.370)</b>	<b>(1.354.238)</b>	<b>(147.161)</b>	<b>(134.567)</b>

### o) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,25% a.a..

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Plano BD - Capef (%)		Plano CV I - Capef (%)		Plano Natural - Camed (%)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Renda Fixa	89,59	90,10	87,13	93,66	94,94	78,84
Renda Variável	0,95	0,27	4,44	-	4,50	20,43
Investimentos Imobiliários	6,67	6,96	-	-	0,56	0,73
Investimentos Estruturados	0,46	0,26	3,11	1,13	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,33	2,39	5,32	5,21	-	-
Outros	-	0,02	-	-	-	-

### p) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o acréscimo ou decréscimo de 1 (um) ano na tábua de mortalidade e o aumento ou a redução de 0,25% na taxa de juros, para os 4 (quarto) planos, BD, CV I, Natural e Seguro de Vida. Para o plano Natural, a análise de sensibilidade considera também o aumento ou a redução de 0,25% na taxa de inflação médica (HCCTR). O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31.12.2018.



## Notas Explicativas

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábua de mortalidade	
	31.12.2018	+ 0,25%	-0,25%	+ 1 ano	- 1 ano
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(4.545.981)	(4.450.515)	(4.645.992)	(4.427.785)	(4.664.176)
Valor Justo dos Ativos	3.939.911	3.939.911	3.939.911	3.939.911	3.939.911
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(606.070)</b>	<b>(510.604)</b>	<b>(706.081)</b>	<b>(487.874)</b>	<b>(724.265)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,1%)	2,2%	(2,6%)	2,6%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(15,8%)	16,5%	(19,5%)	19,5%

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábua de mortalidade	
	31.12.2018	+0,25%	-0,25%	+ 1 ano	- 1 ano
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(14.538)	(14.043)	(15.075)	(14.450)	(14.654)
Valor Justo dos Ativos	54.740	54.740	54.740	54.740	54.740
<b>Superávit (Déficit) Técnico <sup>(1)</sup></b>	<b>40.202</b>	<b>40.697</b>	<b>39.665</b>	<b>40.290</b>	<b>40.086</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(3,4%)	3,7%	(0,6%)	0,8%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		1,2%	(1,3%)	0,2%	(0,3%)

<sup>(1)</sup> Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábua de mortalidade		HCCTR	
	31.12.2018	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1 ano	- 1 ano	+ 0,25%	- 0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(1.621.151)	(1.570.895)	(1.671.407)	(1.551.441)	(1.690.860)	(1.642.226)	(1.600.076)
Valor Justo dos Ativos	146.781	146.781	146.781	146.781	146.781	146.781	146.781
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(1.474.370)</b>	<b>(1.424.114)</b>	<b>(1.524.626)</b>	<b>(1.404.660)</b>	<b>(1.544.079)</b>	<b>(1.495.445)</b>	<b>(1.453.295)</b>
<b>Variações:</b>							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(3,1%)	3,1%	(4,3%)	4,3%	1,3%	(1,3%)
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(3,4%)	3,4%	(4,7%)	4,7%	1,4%	(1,4%)

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábua de mortalidade	
	31.12.2018	+ 0,25%	-0,25%	+ 1 ano	- 1 ano
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(147.161)	(140.686)	(154.078)	(158.345)	(136.271)
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(147.161)</b>	<b>(140.686)</b>	<b>(154.078)</b>	<b>(158.345)</b>	<b>(136.271)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,4%)	4,7%	7,6%	(7,4%)
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,4%)	4,7%	7,6%	(7,4%)

## q) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

## q.1) Contribuições Esperadas para o exercício de 2019

Especificação	Plano BD-Capef <sup>(1)</sup>	Plano CV I-Capef <sup>(2)</sup>	Plano Natural-Camed	Seguro de Vida
1. Contribuições do Empregador	93.723	1.403	70.411 <sup>(3)</sup>	3.742
2. Contribuições de Participantes Ativos	150	1.396	-	2.545
3. Contribuições de Participantes Assistidos	93.573	-	29.174 <sup>(3)</sup>	4.431

<sup>(1)</sup> Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 31.12.2018: Empregador: R\$ 8.150 e Empregados/Assistidos R\$ 8.150;

<sup>(2)</sup> Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: 01.01 a 31.12.2018: Empregador: R\$ 55.914 e Empregados: R\$ 55.920;

<sup>(3)</sup> Exceto coparticipações.

## Notas Explicativas

### q.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef <sup>(1)</sup>		Camed <sup>(1)(2)</sup>	Seguro de Vida <sup>(1)</sup>
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	447.901	1.882	87.092	9.103
De 1 ano a 2 anos	354.784	1.880	91.770	9.712
De 2 anos a 3 anos	307.098	1.877	96.491	10.320
De 3 anos a 4 anos	254.274	1.872	101.557	10.968
Acima de 4 anos	592.934	38.309	553.633	146.224
<b>Total</b>	<b>1.956.991</b>	<b>45.820</b>	<b>930.543</b>	<b>186.327</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

<sup>(2)</sup> Líquidos de coparticipação de assistidos.

### r) Estimativa de Despesas para o exercício de 2019

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.839)	1.277	(19.252)	569
2. Juros Líquidos	(50.297)	-	(121.012)	(13.158)
<b>3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer</b>	<b>(53.136)</b>	<b>1.277</b>	<b>(140.264)</b>	<b>(12.589)</b>

### NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 82.046.352 (R\$ 74.501.501 em 31.12.2017), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 24.575.929 (R\$ 22.590.576 em 31.12.2017), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.507.276 (R\$ 1.801.879 em 31.12.2017).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2018 <sup>(2)</sup>	Provisão em 31.12.2017 <sup>(2)</sup>
AA	15.264.524	-	-
A	16.111.654	40.472	33.618
B	6.597.508	33.423	37.992
C	1.865.307	27.960	34.021
D	1.038.784	51.886	47.647
E	997.889	149.863	112.860
F	305.047	76.574	248.214
G	306.642	107.328	136.894
H	4.992.689	2.502.201	2.432.706
<b>Total</b>	<b>47.480.044</b>	<b>2.989.707 <sup>(1)</sup></b>	<b>3.083.952 <sup>(1)</sup></b>

<sup>(1)</sup> Em 31.12.2018, inclui R\$ 46.587 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 35.161 em 31.12.2017)

<sup>(2)</sup> Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

## Notas Explicativas

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.361.114 (R\$ 1.283.268 em 31.12.2017).
- e) No período, a taxa de administração foi de R\$ 1.394.979 (R\$ 1.391.864 em 31.12.2017), calculada à base de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- f) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
  - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
  - o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
  - o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
  - a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

### NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade <sup>(1)</sup>	31.12.2018	31.12.2017
Proger-Urbano Investimento	017/2006	373	1.049
FAT - Infraestrutura	018/2006	-	151.507
Protrabalho Investimento	004/2007	107.606	113.669
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	15.859	80.394
<b>Total</b>		<b>123.838</b>	<b>346.619</b>

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 66.154 (R\$ 179.935 em 31.12.2017) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R\$ 29.249 (R\$ 37.481 em 31.12.2017).

## Notas Explicativas

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n°s 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais

Especificação	Tade <sup>(1)</sup>	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2018		
		Forma <sup>(2)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(3)</sup>	Aplicado TJLP ou TLP <sup>(4)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	2.684	128	9.360	190	9.550
FAT – Infraestrutura <sup>(5)</sup>	18/2006	RA	42.783	996	1.286	-	1.286
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	25.312	378	1.778	22.196	23.974
PNMPO	01/2010	RA	51.478	859	16.825	14.519	31.344
<b>Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)</b>			<b>122.257</b>	<b>2.361</b>	<b>29.249</b>	<b>36.905</b>	<b>66.154</b>

Especificação	Tade <sup>(1)</sup>	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2017		
		Forma <sup>(2)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(3)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(4)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	3.774	137	948	10.619	11.567
FAT – Infraestrutura <sup>(5)</sup>	18/2006	RA	44.504	1.945	15.736	26.847	42.584
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	21.218	507	15.597	31.784	47.380
PNMPO	01/2010	RA	21.332	565	5.200	73.202	78.402
<b>Total (Notas 13.b e 29.a.1)</b>			<b>90.828</b>	<b>3.154</b>	<b>37.481</b>	<b>142.452</b>	<b>179.933</b>

<sup>(1)</sup> Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

<sup>(2)</sup> RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

<sup>(3)</sup> Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

<sup>(4)</sup> Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

<sup>(5)</sup> Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

## NOTA 28– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

### a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpoem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2019 a 2023, que foi aprovado pelo Conselho de

## Notas Explicativas

Administração em 13.12.2018. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

### Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

### b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	31.12.2018	31.12.2017
<b>Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas</b>	<b>37.950.059</b>	<b>32.250.091</b>
<b>Público</b>	<b>1.036.853</b>	<b>976.426</b>
<b>Privado</b>	<b>36.913.206</b>	<b>31.273.665</b>
Comércio	3.923.129	3.660.424
Comércio Exterior	835.103	919.354
Habitação	-	242
Indústria	7.223.793	7.717.032
Infraestrutura	8.855.282	4.276.411
Microfinança Urbana	3.288.408	2.962.117
Pessoas Físicas	129.389	44.284
Rural	8.079.973	7.243.696
Outros Serviços	4.578.129	4.450.105
<b>Operações de Mercado</b>	<b>46.080.208</b>	<b>40.972.232</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>42.777.700</b>	<b>38.305.132</b>
Operações Compromissadas	10.247.552	14.653.399
Outras	32.530.148	23.651.733
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>108.350</b>	<b>115.554</b>
<b>Outros Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.923.825</b>	<b>1.481.880</b>
<b>Outras Operações</b>	<b>1.270.333</b>	<b>1.069.666</b>
<b>Demais Ativos</b>	<b>5.414.501</b>	<b>5.483.392</b>
<b>Total</b>	<b>89.444.768</b>	<b>78.705.715</b>

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Appetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.



## Notas Explicativas

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

### Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.674.323 (R\$ 3.694.575 em 31.12.2017). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.518.315 (R\$ 4.030.391 em 31.12.2017).

### c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2018 (%)	31.12.2017 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	978,89	831,55
	Média dos últimos 12 meses	965,33	669,88
	Máximo dos últimos 12 meses	1.460,41	1.033,35
	Mínimo dos últimos 12 meses	720,43	503,67

### d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- variação no valor econômico dos instrumentos financeiros ( $\Delta$ EVE) da carteira bancária;
- variação do resultado da intermediação financeira ( $\Delta$ NII) da carteira bancária;
- mapa de requerimentos mínimos de capital;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de

## Notas Explicativas

controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> <li>1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação;</li> <li>15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (<math>\Delta</math>VE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);</li> <li>15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (<math>\Delta</math>NI) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);</li> <li>5% (cinco por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira.</li> </ul>	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para a área financeira;

### Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	6.253.341	6.243.766	(9.575)	6.234.347	(18.994)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(59.699)	(61.624)	(1.925)	(63.677)	(3.978)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(895)	(895)	-	(896)	(1)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	100.005	94.602	(5.403)	89.687	(10.318)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(324.849)	(476.899)	(152.050)	(651.557)	(326.708)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	424.726	422.464	(2.262)	420.234	(4.492)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.399.621)	(2.424.218)	(24.597)	(2.443.046)	(43.425)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	2.439.610	2.405.570	(34.040)	2.377.012	(62.598)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial B3 S.A DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.172.812	1.164.866	1.157.027
		Passivo em ME	1.158.990	(1.151.138)	(1.143.391)
		Exposição Líquida	13.822	13.728	13.636



## Notas Explicativas

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

### e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

### f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 64.563 (R\$ 73.728 em 31.12.2017 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2018	31.12.2017	Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	3.879	16.247	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	45.188	27.953	Relações Interdependências	7.996	5.660
Operações de Crédito	569.098	615.161	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	66.964	68.241
Outros Créditos	879.154	937.045	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.729.785	1.647.993
			Outras Obrigações	905.756	960.012
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.497.319</b>	<b>1.596.406</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.710.501</b>	<b>2.681.906</b>
Operações de <i>Swap</i>	1.148.619	1.011.772			
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.645.938</b>	<b>2.608.178</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.710.501</b>	<b>2.681.906</b>

## Notas Explicativas

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

### g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2018, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 13,55% (15,01% em 31.12.2017) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 9,00% (10,39% em 31.12.2017). O PR apurado foi de R\$ 6.541.685 (R\$ 6.300.032 em 31.12.2017), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.279.871 (R\$ 4.115.719 em 31.12.2017), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 47.553.157 (R\$ 39.615.608 em 31.12.2017).

### i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>6.541.685</b>	<b>6.300.032</b>
. Nível I	<b>4.279.871</b>	<b>4.115.719</b>
. Capital Principal	4.279.871	4.115.719
. Nível II	<b>2.261.814</b>	<b>2.184.313</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>47.553.157</b>	<b>39.615.608</b>
. Parcela RWACPAD	37.903.465	30.935.801
. Parcela RWACAM	75.752	182.897
. Parcela RWAJUR	106.481	183.265
. Parcela RWACOM	4.812	5.384
. Parcela RWAOPAD	9.462.647	8.308.261
<b>Valor do RBAN</b>	<b>740.653</b>	<b>2.353.525</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 8,625%])<sup>(1)</sup></b>	<b>2.440.226</b>	<b>2.635.589</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 8,625%)}<sup>(1)</sup></b>	<b>2.376.344</b>	<b>2.417.888</b>
<b>Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)</b>	<b>1.426.681</b>	<b>1.738.783</b>
<b>Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)</b>	<b>2.139.979</b>	<b>2.333.017</b>
<b>Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 1,875%)<sup>(2)</sup></b>	<b>891.622</b>	<b>495.195</b>
<b>Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)</b>	<b>535.060</b>	<b>1.243.587</b>
<b>Índices de Basileia:</b>		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,00%	10,39%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	9,00%	10,39%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,625%) <sup>(1)</sup>	13,76%	15,90%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	13,55%	15,01%

<sup>(1)</sup> em dezembro/2017 era 9,25%.

<sup>(2)</sup> em dezembro/2017 era 1,25%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

### ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</b>	<b>6.541.685</b>	<b>6.300.032</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I</b>	<b>4.279.871</b>	<b>4.115.719</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>4.279.871</b>	<b>4.115.719</b>
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	2.277.391	1.685.026
Reservas de Capital e de Reavaliação	11.592	11.769
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(950.962)	(998.758)
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(902.150)	(426.318)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(19.947)	(9.561)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(850.937)	(403.551)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(31.266)	(13.206)
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II</b>	<b>2.261.814</b>	<b>2.184.313</b>
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.282.604	2.205.467
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(20.790)	(21.154)

## Notas Explicativas

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen.

### iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
PR Nível I	4.279.871	4.115.719
Exposição Total	90.347.459	77.083.190
Razão de Alavancagem (%)	4,74	5,34

### iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.541.685	6.300.032
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.270.842	3.150.016
Situação	173.054	175.218
Margem	3.097.789	2.974.798
Índice de imobilização	2,65%	2,78%

## NOTA 29 – Partes Relacionadas

### a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28.02.2018 e divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>Passivos</b>		
<b>Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 27)</b>	<b>66.154</b>	<b>179.933</b>
<b>Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)</b>	<b>1.222.018</b>	<b>1.520.571</b>
Tesouro Nacional	482	450
BNDES	1.155.450	1.435.506
Finame	66.086	84.615
<b>Outras Obrigações</b>	<b>28.755.883</b>	<b>26.638.378</b>
FNE (Nota 16.f)	24.585.592	22.599.975
FDNE	697.939	730.837
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	102.906	102.098
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 18)	2.369.446	2.205.468
<b>Total</b>	<b>30.044.055</b>	<b>28.338.882</b>

## Notas Explicativas

a.2) Apresentam-se a seguir, as principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capec e Camed:

Especificação	31.12.2018	31.12.2017
<b>Passivos</b>		
Benefícios Pós-Emprego – Capec Plano BD (Notas 16.i e 25.g.1.1)	606.070	411.216
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 25.g.2)	1.474.370	1.354.238
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 25.g.3)	147.161	134.567
<b>Total</b>	<b>2.227.601</b>	<b>1.900.021</b>

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	2º Sem/2018	31.12.2018	31.12.2017
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal	-	-	36.708
Depósitos a Prazo - FAT	(55.539)	(110.794)	(65.894)
Tesouro Nacional	(15)	(33)	(7)
BNDES	(60.634)	(125.881)	(111.742)
Finame	(2.177)	(4.276)	(3.069)
FMM	(3.929)	(15.804)	(9.891)
FNE	129.350	294.381	(37.694)
FDNE	13.801	26.348	29.290
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(112.030)	(173.481)	(193.014)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(86.842)	(163.979)	(192.594)
Benefícios Pós-Emprego – Capec Plano BD	(25.827)	(51.125)	(49.375)
Benefícios Pós-Emprego – CV I	(30.420)	(55.453)	(52.980)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(72.984)	(145.976)	(91.892)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(8.076)	(13.576)	(9.715)

### b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
<b>Honorários</b>	<b>2.370</b>	<b>4.707</b>	<b>3.789</b>
Diretoria	2.066	4.081	3.230
Conselho de Administração	159	329	303
Conselho Fiscal	145	297	256
<b>Outros</b>	<b>634</b>	<b>1.440</b>	<b>1.815</b>
<b>Remuneração Variável (RVA)<sup>(1)</sup></b>	<b>274</b>	<b>1.136</b>	<b>494</b>
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>3.278</b>	<b>7.283</b>	<b>6.098</b>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>147</b>	<b>286</b>	<b>226</b>
<b>Total</b>	<b>3.425</b>	<b>7.569</b>	<b>6.324</b>

<sup>(1)</sup> 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem nos semestres, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

### NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/2018	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017 (Reapresentado)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>493.685</b>	<b>725.503</b>	<b>716.385</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(158.998)</b>	<b>(99.831)</b>	<b>(302.714)</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	228.356	122.388	87.432
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(92.150)	(54.063)	(33.835)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	322	4.882
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-	(145)	(2.160)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(467.034)	(280.554)	(598.389)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	171.830	112.221	239.356
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>334.687</b>	<b>625.672</b>	<b>413.671</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 31 – Outras Informações

- a) Em 08.10.2018, o Conselho de Administração do Banco aprovou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) destinado a funcionários que, na posição até 31.12.2017, estavam aposentados ou em condições de requerer a aposentadoria de acordo com as normas da Previdência Social (INSS). Foi estabelecido o período de 29.11.2018 a 05.12.2018 para adesão ao PID pelos funcionários que atendam às condições estabelecidas no regulamento do Programa. A despesa reconhecida no exercício de 2018 importou em R\$ 58.667, dentro do limite orçado para o PID (R\$ 63.216).

### b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

### c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 12 de março de 2019.

Fortaleza (CE), 12 de março de 2019.

**A Diretoria**

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, as informações correspondentes ao balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 2 e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### 1. Contingências

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos um assunto relevante de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

##### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos reguladores relacionadas a processos, autuações das quais o Banco é parte e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo de contingências, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das estimativas de perda associadas às contingências adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 2. Planos de benefício pós-emprego



O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### 3. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas de crédito), benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado das operações de títulos e valores mobiliários, operações de swap e Eurobonds.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### 4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, o cálculo do valor justo dos títulos de renda fixa de risco privado, considerados de baixa liquidez, e classificados como disponíveis para venda, a exemplo das Letras Financeiras e das Debêntures atualmente em carteira, é realizado com base em modelo de precificação próprio do Banco, que considera o spread de risco de crédito do emissor, determinado de acordo com as políticas do Banco e dos fluxos de caixa estimados. Consideramos a determinação do valor justo dos ativos financeiros não cotados em mercado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores e da subjetividade inerente nas avaliações baseadas em modelos próprios.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da metodologia de precificação do Banco, a adequação das principais premissas utilizadas e a exatidão matemática na aplicação dos modelos. Revisamos, também, a avaliação econômica e financeira feita pelo Banco no momento de classificação do risco dos emissores, os fluxos de caixa esperados, as taxas de desconto utilizadas na precificação dos títulos e a suficiência das divulgações nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de precificação adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### 5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes e da avaliação das garantias envolverem julgamento por parte da administração.



#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e recalculamos a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Analisamos também a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotada pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 6. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em TI para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de TI, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo (SP), 12 de março de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC- 1SP184050/O-6

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 12 de março de 2019.

O CONSELHO FISCAL: Frederico Schettini Batista (Presidente) – Carlos Henrique Soares Nuto – Igor Montezuma Sales Farias – José Mário Valle

## **Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**

### **RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

#### **1 - Introdução**

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração regulamentado pela Lei 13.303/2016, pelo Decreto 8945/2016 e pela Resolução CMN 3.198/2004. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB estão disponíveis na internet em [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br), na área "Institucional - Sobre o Banco - Relação com os Acionistas - Comitê de Auditoria".

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os

riscos, manter Sistema de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

Em conformidade com as normas aplicáveis, compete à Auditoria Externa

avaliar a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas

que regem o exercício da profissão, sobre as Demonstrações Financeiras.

Compete à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco, assim como certificar o atendimento aos requerimentos legais aplicáveis.

#### **2 – Atividades**

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Comitê realizou

reuniões mensais com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal, além de diversas reuniões regulares com o Comitê de Riscos e de Capital, com a Diretoria Executiva e com executivos e gestores das principais áreas do Banco. Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos de cada área, incluindo, dentre outros, temas relacionados a controle interno, aspectos contábeis, carteira de crédito, provisões, gestão de riscos, resultado atuarial, transações com partes relacionadas, ética, recomendações da auditoria interna e de órgãos externos de fiscalização. Quando aplicável, foram feitas recomendações de aprimoramento. Houve também reuniões periódicas com as Auditorias Interna e Externa, quando foram abordados, dentre outros, os respectivos planejamentos e resultados dos principais trabalhos realizados.

#### **3 - Conclusões**

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, o Comitê de Auditoria concluiu que:

##### **Sistema de Controles Internos**

O Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste do Brasil

mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos e é adequado ao porte e complexidade dos negócios do Banco. Referido sistema continua sendo objeto de melhorias, não obstante existam medidas que demandarão tempo adicional e monitoramento permanente para atingir os resultados propostos.

A administração do Banco continua atuando na revisão do modelo de atendimento das demandas envolvendo Tecnologia da Informação, tendo em vista os potenciais impactos nas operações e resultados do Banco, bem como a necessidade de cumprimento tempestivo das recomendações de auditoria interna e de órgãos de fiscalização externa.

A cultura de controles e integridade continua evoluindo, inclusive no que diz respeito à política de consequências. Sobre isso, é de se destacar a melhoria alcançada nos Índices Médios de Conformidade dos produtos – IMC.

Mantém-se como necessária a evolução da atuação da segunda camada, no que se refere às ações de controles internos, inclusive para considerar as necessidades de melhoria já identificadas internamente e por órgãos de fiscalização e controle. Registre-se, por oportuno, que o assunto está sendo objeto de encaminhamento pela Diretoria Executiva.

Com relação ao ciclo "inventário de processos – identificação de processos críticos – identificação de riscos – estabelecimento de pontos de controle", verificou-se avanço quanto ao mapeamento de processos, inclusive com definição de metodologia específica para a determinação dos processos críticos do Banco. A atenção atualmente recai sobre os arranjos necessários para garantir que ao mapeamento de processos seja integrada a identificação de riscos, o estabelecimento de pontos de controle e a garantia de observância da conformidade com leis, regulamentação e normas internas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. Seu desempenho vem mostrando melhorias, ao tempo em que medidas adicionais vêm sendo implementadas, como as relacionadas à otimização e padronização de processos e a metodologias e sistemas de aprimoramento da qualidade dos trabalhos e de fortalecimento dos controles internos. No seu escopo de atuação estão contidas as determinações decorrentes dos requerimentos legais e regulamentares.

#### Auditoria Externa

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/s.

#### Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras do 2º semestre de 2018 ocorreu em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de

Valores Mobiliários e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza (CE), 12 de março de 2019

COMITÊ DE AUDITORIA: Carlos Donizeti Macedo Maia (Coordenador) – Cleber Santiago – Manoel das Neves – Rudinei dos Santos (Membros)

**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2018.

Fortaleza, 01 de março de 2019

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração e Diretor Financeiro e de Crédito) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 12 de março de 2019, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2018.

Fortaleza, 12 de março de 2019

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração e Diretor Financeiro e de Crédito) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)